Processo Seletivo Simplificado 02/2026

Edital Nº 02/2026

Anexo I – Atribuições dos Cargos

Cozinheiro

(Lei 1.627/2019)

Escolaridade para o cargo: Ensino Fundamental Incompleto
Especificações do cargo: Zelar pela limpeza e organização da cozinha. Preparar os alimentos, observando os métodos de cocção, padrões de qualidade e o cardápio do dia fornecido pela nutricionista. Organizar e supervisionar os serviços. Receber os alimentos e demais materiais destinados ao preparo das refeições. Controlar o estoque de produtos, as condições adequadas de armazenamento e observância quanto à data de validade dos mesmos. Distribuir as refeições, no horário indicado. Apresentar-se com o uniforme fornecido pela direção do setor competente. Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, sob sua responsabilidade. Preencher formulários de controle de estoque de gêneros alimentícios em conjunto com a chefia imediata. Atuar em conformidade ao Manual de boas práticas e higiene entre outras atividades correlatas ao cargo.

Agente de Apoio Escolar (Lei 1868 de 24/03/2025)

(Lei 1.826/2024)

Escolaridade para o cargo: Ensino Médio Completo
Especificações do cargo: Executar, sob supervisão, serviços de atendimento às crianças em suas necessidades diárias, cuidando da alimentação, higiene, recreação e executando outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato; Auxiliar nas atividades pedagógicas de acordo com a orientação do professor ou monitor; Zelar pelo bem-estar físico e emocional dos alunos durante as atividades escolares, recreativas e momentos de lazer, de acordo com as necessidades apresentadas pelo aluno; Zelar pela saúde, segurança e recreação das crianças em sala de aula e durante os intervalos escolares; Realizar procedimentos básicos de cuidados pessoais para atender os alunos da Educação Especial; Relatar à equipe gestora quaisquer ocorrências relevantes relacionadas ao bem-estar das crianças; Participar de capacitações e orientações promovidas pela Secretaria de Educação.

Monitor de creche (Lei 1826/2024)
(Lei 1.626/2024)

Escolaridade para o cargo: Superior Completo na área do magistério ou Licenciatura em Pedagogia.
Especificações do cargo: Atribuições: Realizar a tarefa de monitorar, cuidar e educar as crianças, buscando o desenvolvimento e atendendo questões específicas relativas aos cuidados e aprendizagem infantil. Receber afetivamente as crianças na Unidade de Ensino, dentro do ambiente acolhedor. Promover a adaptação das crianças que ingressam na Unidade de Ensino. Realizar suas tarefas com responsabilidade, respeito e afetividade. Conhecer as características individuais das faixas etárias assistidas, para uma atuação eficaz e de qualidade. Realizar atividades lúdicas e dirigidas, que proporcionem o desenvolvimento integral da criança, visando potencializar aspectos corporais, afetivos, emocionais, estéticos, éticos e igualitários na perspectiva de contribuir para a formação de crianças com hábitos saudáveis. Cuidar e estimular as crianças, recepcioná-las na entrada e saída; Organizar o material didático e de recreação; Orientar na formação de hábitos de higiene, boas maneiras, na adaptação e bem estar; Controlar frequências; Viabilizar o desenvolvimento do processo de identidade e autonomia das crianças, promovendo a formação pessoal e valorizando o convívio social equânime. Participar do planejamento, execução e avaliação de projetos e atividades da unidade Escolar. Garantir a segurança das crianças. Comunicar a equipe gestora sobre os fatos diários relevantes e, junto com a equipe gestora, prestar informações aos pais ou responsáveis. Orientar as crianças quanto a higiene pessoal. Servir as refeições, auxiliar e acompanhar a alimentação e hidratação, buscando a limpeza e higienização e organização do local após seu uso. Promover e zelar pelo horário de repouso, organizando os espaços e materiais adequados. Manter informada a equipe gestora em caso de acidentes ou outras ocorrências. Manter a ordem, a tranquilidade e a harmonia entre as crianças sob sua responsabilidade, promovendo e adotando hábitos interativos em busca de um ambiente saudável. Zelar pelos objetos pertencentes a Unidade de Ensino e das crianças. Zelar pela integridade das crianças durante as atividades livres nas áreas de uso coletivo; Acompanhar as crianças nas atividades educacionais. Colaborar com o planejamento diário das atividades docentes. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e comunidade. Executar outras tarefas pertinentes que lhe forem atribuídas ou delegadas pelos superiores hierárquicos, durante as atividades laborais.

Professor PEB I – Educação Infantil

(Lei 1.635/2019)

Escolaridade para o cargo: Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal superior
Especificações do cargo: Planeja e executa trabalhos complementares de caráter cívico, cultural e recreativo, organizando jogos, entretenimento e demais atividades, visando desenvolver nas crianças a capacidade de iniciativa, cooperação e relacionamento social. Ministra aulas, aplicando exercícios de coordenação motora, para que as crianças desenvolvam as funções específicas necessárias à aprendizagem da leitura e da escrita. Elabora boletins de controle e relatórios,
apoiando-se na observação do comportamento e desempenho dos alunos, anotando atividades efetuadas, métodos empregados e problemas surgidos, para possibilitar a avaliação do desenvolvimento do curso. Desenvolve nas crianças hábitos de limpeza, obediência, tolerância e outros atributos morais e sociais, empregando recursos audiovisuais e outros, para contribuir com a sua formação.
Acompanhar as tentativas das crianças, incentivar a aprendizagem, oferecer elementos para que as crianças avancem em suas hipóteses sobre o mundo, estimulá-las em seus projetos, ações e descobertas, ajudá-las nas suas dificuldades, desafiá-las e despertar sua atenção, curiosidade e participação. Planejar, executar e avaliar o trabalho desenvolvido diretamente com a criança, sob a orientação do Coordenador Pedagógico. Participar da hora-atividade organizada na Unidade Educacional, espaço privilegiado para reflexão, troca de experiências e avaliação das práticas educativas. Manter os gestores informados de todo o trabalho em desenvolvimento no grupo de crianças sob sua responsabilidade. Receber e acompanhar a criança diariamente na sua entrada e saída da unidade, registrar a frequência diária das crianças e encaminhar à pessoa responsável. Manter contato diário com pais e/ou responsáveis para a troca de informações sobre a criança. Participar das reuniões e entrevistas com os pais. Participar dos diversos espaços formativos. Desenvolver atividades que estimulem a criança na aquisição de hábitos de higiene e saúde. E outras atribuições inerentes ao cargo.

Professor PEB I – Ensino Fundamental

(Lei 1.635/2019)

Escolaridade para o cargo: Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal superior
Especificações do cargo: Exercer a docência na educação básica, em unidade escolar localizada na zona urbana, existente ou que venha a ser criada, responsabilizando-se pela regência de turmas ou por aulas, pela aprendizagem na educação de jovens e adultos, pelo ensino do uso de biblioteca, pela docência em laboratório de ensino, em sala de recursos didáticos, e em oficina pedagógica, por atividades artísticas e extraclasse e pela recuperação de estudantes com deficiência de aprendizagem. Participar do processo que envolve planejamento, execução monitoramento e avaliação, do projeto político pedagógico e do plano de desenvolvimento pedagógico e institucional da escola. Participar da elaboração do calendário escolar. Atuar na elaboração e na implementação de projetos educativos, ou como

docentes, em projetos de formação continuada de educadores, de acordo com as diretrizes da Secretaria de Educação. Participar da elaboração e implementação de projetos e atividades de articulação e integração da escola com as famílias dos educandos e com a comunidade escolar. Participar de cursos e atividades de formação em serviço ou programas de capacitação profissional, quando convocado ou convidado. Acompanhar e avaliar sistematicamente seus alunos durante o processo de ensino e aprendizagem, utilizando os resultados do programa de avaliação externa para aperfeiçoar a sua prática pedagógica e promover a alfabetização de todos os estudantes. Realizar avaliações periódicas dos cursos ministrados e das atividades realizadas. Promover e participar de atividades complementares ao processo de sua formação profissional. Participar, durante a parcela das aulas atividades, na escola, de formação continuada em serviço, planejamento e atendimento aos pais e estudantes, conforme diretrizes da Secretaria de Educação. Exercer outras atividades correlatas integrantes do projeto político pedagógico da escola, e da política educacional da Secretaria de Educação. Dominar os conteúdos relacionados aos temas sociais urgentes (saúde, sustentabilidade ambiental etc.) objetos da atividade docente e informar-se sobre os principais acontecimentos da atualidade que provocam impactos sociais, políticos e ambientais, reconhecendo a si mesmo como agente social e formador de opinião no âmbito de sua atuação profissional. Pautar decisões e escolhas pedagógicas por princípios éticos democráticos, de modo a não reproduzir discriminações e injustiças.

Professor Alfabetização de Jovens e Adultos

(Lei 1.635/2019)

Escolaridade para o cargo: Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal superior
Especificações do cargo: Ministrar e preparar aulas, efetuar registros burocráticos e pedagógicos. Planejar o curso de acordo com as diretrizes educacionais. Atuar em reuniões administrativas. Seguir o Projeto Político – Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Roseira, respeitada as peculiaridades da comunidade escolar, integrando-se à ação pedagógica e como co-participe na elaboração e execução do mesmo. Elaborar programa e planos de trabalho coletivamente em sua hora atividade no local de trabalho. Realizar atividades pedagógicas planejadas, propiciando aprendizagens significativas para os alunos. Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do processo pedagógico dos alunos conforme os instrumentos de avaliação especificados no Projeto Político – Pedagógico. Participar ativamente das reuniões com a comunidade escolar, reuniões de planejamento pedagógico e cursos de capacitação. Realizar os planejamentos, registros e relatórios solicitados. Auxiliar nas atividades necessárias ao funcionamento da Educação de Jovens e Adultos. Organizar eventos e atividades sociais, culturais e pedagógicas, entre outras atividades previstas no exercício da profissão.

Professor PEB II - Professor de Educação Física
(Lei 1.627/2019)

Escolaridade para o cargo: Superior completo de Licenciatura com habilitação na área e registro ativo no Conselho de Classe.
Especificações do cargo: Participar ativamente da elaboração da proposta pedagógica da escola como objetivo de fundamentar e esclarecer a concepção da infância, o papel da Educação Física no espaço escolar, especialmente, nesta etapa de ensino, e o verdadeiro sentido da corporalidade na formação humana. Participar das reuniões sistemáticas de estudos na escola, inclusive, nas horas-atividade. Acompanhar e avaliar com os professores o desenvolvimento integral dos alunos, a partir de uma avaliação diagnóstica, cumulativa e processual. Realizar registros sistemáticos dessas avaliações por meio de parecer descritivo, evitando estigmatizar os alunos. Planejar suas ações com os professores considerando as experiências culturais que a criança traz para então ampliar seus conhecimentos, a partir de atividades lúdicas que estimulem a imaginação, a expressão e a criação em diferentes espaços e a socialização. Zelar pela aprendizagem do aluno na área de educação física. Estabelecer os mecanismos de avaliação. Implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. Organizar registros de observação dos alunos. Participar de atividades extraclasse. Executar outras atribuições, correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato.

Professor PEB II - Professor de Matemática
(Lei 1.627/2019)

Escolaridade para o cargo: Ensino Superior Completo com habilitação na área.
Especificações do cargo: Exercer a docência na sua área, em unidade escolar, responsabilizando-se pela regência de turmas ou por aulas, pela aprendizagem na educação de jovens e adultos, pelo ensino do uso de biblioteca, pela docência em laboratório de ensino, em sala de recursos didáticos, e em oficina pedagógica, por atividades artísticas e extraclasse e pela recuperação de estudantes com deficiência de aprendizagem. Participar do processo que envolve planejamento, execução monitoramento e avaliação, do projeto político pedagógico e do plano e desenvolvimento pedagógico e institucional da escola. Participar da elaboração do calendário escolar. Atuar na elaboração e na implementação de projetos educativos, ou como docentes, em projetos de formação continuada de educadores, de acordo com as diretrizes da Secretaria de Educação. Participar da elaboração e implementação de projetos e atividades de articulação e integração da escola com as famílias dos educandos e com a comunidade escolar. Participar de cursos e atividades de formação em serviços ou programas de capacitação profissional, quando convocado ou convidado. Acompanhar e avaliar sistematicamente seus alunos durante o processo de ensino e aprendizagem, utilizando os resultados do programa de avaliação externa para aperfeiçoar a sua prática pedagógica e promover o direito à educação de todos os estudantes. Realizar

avaliações periódicas dos cursos ministrados e das atividades realizadas. Promover e participar de atividades complementares ao processo de sua formação profissional. Participar, durante a parcela das aulas atividades, na escola, de formação continuada em serviço, planejamento e atendimento aos pais e estudantes, conforme diretrizes da Secretaria de Educação. Exercer outras atividades correlatas integrantes do projeto político pedagógico da escola e da política educacional da Secretaria de Educação. Dominar os conteúdos relacionados aos temas sociais urgentes (saúde, sustentabilidade ambiental etc.) objetos da atividade docente e informar-se sobre os principais acontecimentos da atualidade que provocam impactos sociais, políticos e ambientais, reconhecendo a si mesmo como agente social e formador de opinião no âmbito de sua atuação profissional. Pautar decisões e escolhas pedagógicas por princípios éticos democráticos de modo a não reproduzir discriminações e injustiças. E desempenhar outras funções inerentes ao cargo.

Professor PEB II - Professor de Língua Portuguesa
(Lei 1.627/2019)

Escolaridade para o cargo: Ensino Superior Completo com habilitação na área.
Especificações do cargo: Exercer a docência na sua área, em unidade escolar, responsabilizando-se pela regência de turmas ou por aulas, pela aprendizagem na educação de jovens e adultos, pelo ensino do uso de biblioteca, pela docência em laboratório de ensino, em sala de recursos didáticos, e em oficina pedagógica, por atividades artísticas e extraclasse e pela recuperação de estudantes com deficiência de aprendizagem. Participar do processo que envolve planejamento, execução monitoramento e avaliação, do projeto político pedagógico e do plano e desenvolvimento pedagógico e institucional da escola. Participar da elaboração do calendário escolar. Atuar na elaboração e na implementação de projetos educativos, ou como docentes, em projetos de formação continuada de educadores, de acordo com as diretrizes da Secretaria de Educação. Participar da elaboração e implementação de projetos e atividades de articulação e integração da escola com as famílias dos educandos e com a comunidade escolar. Participar de cursos e atividades de formação em serviços ou programas de capacitação profissional, quando convocado ou convidado. Acompanhar e avaliar sistematicamente seus alunos durante o processo de ensino e aprendizagem, utilizando os resultados do programa de avaliação externa para aperfeiçoar a sua prática pedagógica e promover o direito à educação de todos os estudantes. Realizar avaliações periódicas dos cursos ministrados e das atividades realizadas. Promover e participar de atividades complementares ao processo de sua formação profissional. Participar, durante a parcela das aulas atividades, na escola, de formação continuada em serviço, planejamento e atendimento aos pais e estudantes, conforme diretrizes da Secretaria de Educação. Exercer outras atividades correlatas integrantes do projeto político pedagógico da escola e da política educacional da Secretaria de Educação. Dominar os conteúdos relacionados aos temas sociais urgentes (saúde, sustentabilidade ambiental etc.) objetos da atividade docente e informar-se sobre os principais acontecimentos da atualidade que

provocam impactos sociais, políticos e ambientais, reconhecendo a si mesmo como agente social e formador de opinião no âmbito de sua atuação profissional. Pautar decisões e escolhas pedagógicas por princípios éticos democráticos de modo a não reproduzir discriminações e injustiças. E desempenhar outras funções inerentes ao cargo.

Professor PEB II - Professor de Ciências

(Lei 1.627/2019)

Escolaridade para o cargo: Ensino Superior Completo com habilitação na área.
Especificações do cargo: Exercer a docência na sua área, em unidade escolar, responsabilizando-se pela regência de turmas ou por aulas, pela aprendizagem na educação de jovens e adultos, pelo ensino do uso de biblioteca, pela docência em laboratório de ensino, em sala de recursos didáticos, e em oficina pedagógica, por atividades artísticas e extraclasse e pela recuperação de estudantes com deficiência de aprendizagem. Participar do processo que envolve planejamento, execução monitoramento e avaliação, do projeto político pedagógico e do plano e desenvolvimento pedagógico e institucional da escola. Participar da elaboração do calendário escolar. Atuar na elaboração e na implementação de projetos educativos, ou como docentes, em projetos de formação continuada de educadores, de acordo com as diretrizes da Secretaria de Educação. Participar da elaboração e implementação de projetos e atividades de articulação e integração da escola com as famílias dos educandos e com a comunidade escolar. Participar de cursos e atividades de formação em serviços ou programas de capacitação profissional, quando convocado ou convidado. Acompanhar e avaliar sistematicamente seus alunos durante o processo de ensino e aprendizagem, utilizando os resultados do programa de avaliação externa para aperfeiçoar a sua prática pedagógica e promover o direito à educação de todos os estudantes. Realizar avaliações periódicas dos cursos ministrados e das atividades realizadas. Promover e participar de atividades complementares ao processo de sua formação profissional. Participar, durante a parcela das aulas atividades, na escola, de formação continuada em serviço, planejamento e atendimento aos pais e estudantes, conforme diretrizes da Secretaria de Educação. Exercer outras atividades correlatas integrantes do projeto político pedagógico da escola e da política educacional da Secretaria de Educação. Dominar os conteúdos relacionados aos temas sociais urgentes (saúde, sustentabilidade ambiental etc.) objetos da atividade docente e informar-se sobre os principais acontecimentos da atualidade que provocam impactos sociais, políticos e ambientais, reconhecendo a si mesmo como agente social e formador de opinião no âmbito de sua atuação profissional. Pautar decisões e escolhas pedagógicas por princípios éticos democráticos de modo a não reproduzir discriminações e injustiças. E desempenhar outras funções inerentes ao cargo.

Professor PEB II - Professor de Geografia

(Lei 1.627/2019)

Escolaridade para o cargo: Ensino Superior Completo com habilitação na área.
Especificações do cargo: Exercer a docência na sua área, em unidade escolar, responsabilizando-se pela regência de turmas ou por aulas, pela aprendizagem na educação de jovens e adultos, pelo ensino do uso de biblioteca, pela docência em laboratório de ensino, em sala de recursos didáticos, e em oficina pedagógica, por atividades artísticas e extraclasse e pela recuperação de estudantes com deficiência de aprendizagem. Participar do processo que envolve planejamento, execução monitoramento e avaliação, do projeto político pedagógico e do plano e desenvolvimento pedagógico e institucional da escola. Participar da elaboração do calendário escolar. Atuar na elaboração e na implementação de projetos educativos, ou como docentes, em projetos de formação continuada de educadores, de acordo com as diretrizes da Secretaria de Educação. Participar da elaboração e implementação de projetos e atividades de articulação e integração da escola com as famílias dos educandos e com a comunidade escolar. Participar de cursos e atividades de formação em serviços ou programas de capacitação profissional, quando convocado ou convidado. Acompanhar e avaliar sistematicamente seus alunos durante o processo de ensino e aprendizagem, utilizando os resultados do programa de avaliação externa para aperfeiçoar a sua prática pedagógica e promover o direito à educação de todos os estudantes. Realizar avaliações periódicas dos cursos ministrados e das atividades realizadas. Promover e participar de atividades complementares ao processo de sua formação profissional. Participar, durante a parcela das aulas atividades, na escola, de formação continuada em serviço, planejamento e atendimento aos pais e estudantes, conforme diretrizes da Secretaria de Educação. Exercer outras atividades correlatas integrantes do projeto político pedagógico da escola e da política educacional da Secretaria de Educação. Dominar os conteúdos relacionados aos temas sociais urgentes (saúde, sustentabilidade ambiental etc.) objetos da atividade docente e informar-se sobre os principais acontecimentos da atualidade que provocam impactos sociais, políticos e ambientais, reconhecendo a si mesmo como agente social e formador de opinião no âmbito de sua atuação profissional. Pautar decisões e escolhas pedagógicas por princípios éticos democráticos de modo a não reproduzir discriminações e injustiças. E desempenhar outras funções inerentes ao cargo.

Professor PEB II - Professor de História

(Lei 1.627/2019)

Escolaridade para o cargo: Ensino Superior Completo com habilitação na área.
Especificações do cargo: Exercer a docência na sua área, em unidade escolar, responsabilizando-se pela regência de turmas ou por aulas, pela aprendizagem na educação de jovens e adultos, pelo ensino do uso de biblioteca, pela docência em laboratório de ensino, em sala de recursos didáticos, e em oficina pedagógica, por atividades artísticas e extraclasse e pela recuperação de estudantes com deficiência de aprendizagem. Participar do processo

que envolve planejamento, execução monitoramento e avaliação, do projeto político pedagógico e do plano e desenvolvimento pedagógico e institucional da escola. Participar da elaboração do calendário escolar. Atuar na elaboração e na implementação de projetos educativos, ou como docentes, em projetos de formação continuada de educadores, de acordo com as diretrizes da Secretaria de Educação. Participar da elaboração e implementação de projetos e atividades de articulação e integração da escola com as famílias dos educandos e com a comunidade escolar. Participar de cursos e atividades de formação em serviços ou programas de capacitação profissional, quando convocado ou convidado. Acompanhar e avaliar sistematicamente seus alunos durante o processo de ensino e aprendizagem, utilizando os resultados do programa de avaliação externa para aperfeiçoar a sua prática pedagógica e promover o direito à educação de todos os estudantes. Realizar avaliações periódicas dos cursos ministrados e das atividades realizadas. Promover e participar de atividades complementares ao processo de sua formação profissional. Participar, durante a parcela das aulas atividades, na escola, de formação continuada em serviço, planejamento e atendimento aos pais e estudantes, conforme diretrizes da Secretaria de Educação. Exercer outras atividades correlatas integrantes do projeto político pedagógico da escola e da política educacional da Secretaria de Educação. Dominar os conteúdos relacionados aos temas sociais urgentes (saúde, sustentabilidade ambiental etc.) objetos da atividade docente e informar-se sobre os principais acontecimentos da atualidade que provocam impactos sociais, políticos e ambientais, reconhecendo a si mesmo como agente social e formador de opinião no âmbito de sua atuação profissional. Pautar decisões e escolhas pedagógicas por princípios éticos democráticos de modo a não reproduzir discriminações e injustiças. E desempenhar outras funções inerentes ao cargo.

Professor PEB II - Professor de Inglês

(Lei 1.627/2019)

Escolaridade para o cargo: Ensino Superior Completo com habilitação na área.
Especificações do cargo: Exercer a docência na sua área, em unidade escolar, responsabilizando-se pela regência de turmas ou por aulas, pela aprendizagem na educação de jovens e adultos, pelo ensino do uso de biblioteca, pela docência em laboratório de ensino, em sala de recursos didáticos, e em oficina pedagógica, por atividades artísticas e extraclasse e pela recuperação de estudantes com deficiência de aprendizagem. Participar do processo que envolve planejamento, execução monitoramento e avaliação, do projeto político pedagógico e do plano e desenvolvimento pedagógico e institucional da escola. Participar da elaboração do calendário escolar. Atuar na elaboração e na implementação de projetos educativos, ou como docentes, em projetos de formação continuada de educadores, de acordo com as diretrizes da Secretaria de Educação. Participar da elaboração e implementação de projetos e atividades de articulação e integração da escola com as famílias dos educandos e com a comunidade escolar. Participar de cursos e atividades de formação em serviços ou programas de capacitação profissional, quando convocado ou convidado. Acompanhar e avaliar sistematicamente seus alunos durante o processo de ensino e

aprendizagem, utilizando os resultados do programa de avaliação externa para aperfeiçoar a sua prática pedagógica e promover o direito à educação de todos os estudantes. Realizar avaliações periódicas dos cursos ministrados e das atividades realizadas. Promover e participar de atividades complementares ao processo de sua formação profissional. Participar, durante a parcela das aulas atividades, na escola, de formação continuada em serviço, planejamento e atendimento aos pais e estudantes, conforme diretrizes da Secretaria de Educação. Exercer outras atividades correlatas integrantes do projeto político pedagógico da escola e da política educacional da Secretaria de Educação. Dominar os conteúdos relacionados aos temas sociais urgentes (saúde, sustentabilidade ambiental etc.) objetos da atividade docente e informar-se sobre os principais acontecimentos da atualidade que provocam impactos sociais, políticos e ambientais, reconhecendo a si mesmo como agente social e formador de opinião no âmbito de sua atuação profissional. Pautar decisões e escolhas pedagógicas por princípios éticos democráticos de modo a não reproduzir discriminações e injustiças. E desempenhar outras funções inerentes ao cargo.

Professor PEB II - Professor de Educação Artistica
(Lei 1.627/2019)

Escolaridade para o cargo: Ensino Superior Completo com habilitação na área.
Especificações do cargo: Exercer a docência na sua área, em unidade escolar, responsabilizando-se pela regência de turmas ou por aulas, pela aprendizagem na educação de jovens e adultos, pelo ensino do uso de biblioteca, pela docência em laboratório de ensino, em sala de recursos didáticos, e em oficina pedagógica, por atividades artísticas e extraclasse e pela recuperação de estudantes com deficiência de aprendizagem. Participar do processo que envolve planejamento, execução monitoramento e avaliação, do projeto político pedagógico e do plano e desenvolvimento pedagógico e institucional da escola. Participar da elaboração do calendário escolar. Atuar na elaboração e na implementação de projetos educativos, ou como docentes, em projetos de formação continuada de educadores, de acordo com as diretrizes da Secretaria de Educação. Participar da elaboração e implementação de projetos e atividades de articulação e integração da escola com as famílias dos educandos e com a comunidade escolar. Participar de cursos e atividades de formação em serviços ou programas de capacitação profissional, quando convocado ou convidado. Acompanhar e avaliar sistematicamente seus alunos durante o processo de ensino e aprendizagem, utilizando os resultados do programa de avaliação externa para aperfeiçoar a sua prática pedagógica e promover o direito à educação de todos os estudantes. Realizar avaliações periódicas dos cursos ministrados e das atividades realizadas. Promover e participar de atividades complementares ao processo de sua formação profissional. Participar, durante a parcela das aulas atividades, na escola, de formação continuada em serviço, planejamento e atendimento aos pais e estudantes, conforme diretrizes da Secretaria de Educação. Exercer outras atividades correlatas integrantes do projeto político pedagógico da escola e da política educacional da Secretaria de Educação. Dominar os conteúdos relacionados aos temas sociais urgentes (saúde, sustentabilidade ambiental etc.) objetos da

atividade docente e informar-se sobre os principais acontecimentos da atualidade que provocam impactos sociais, políticos e ambientais, reconhecendo a si mesmo como agente social e formador de opinião no âmbito de sua atuação profissional. Pautar decisões e escolhas pedagógicas por princípios éticos democráticos de modo a não reproduzir discriminações e injustiças. E desempenhar outras funções inerentes ao cargo.

Processo Seletivo Simplificado Nº 02/2026

Edital Nº 02/2026

ANEXO II - Conteúdo Programático

Empregos de Ensino Fundamental Incompleto

Emprego	Conteúdo das Provas	Número de Questões
Cozinheiro	Língua Portuguesa	7
	Matemática	7
	Conhecimentos Gerais	4
	Conhecimentos Específicos	7
	Total	**25 questões**

Língua Portuguesa
Compreensão de texto simples, sinônimos e antônimos, ortografia básica, frases (afirmativa, negativa, exclamativa, interrogativa), noções de número (singular e plural), noções de gênero (masculino e feminino), concordância do adjetivo com o substantivo e do verbo com o substantivo e com o pronome, pronomes pessoais e possessivos, verbos ser, ter e verbos regulares, reconhecimento de frases corretas e incorretas.

Matemática
Sistema de numeração, números inteiros e operações de adição, subtração, multiplicação e divisão com números positivos, frações, operações simples, resolução de problemas respectivos ao ensino fundamental (incompleto) e grandezas e medidas (quantidade, tempo, comprimento, capacidade e massa).

Conhecimentos Gerais
Atualidades, questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais nacionais e internacionais, história da cidade, os bairros, dados geográficos e dados históricos do município de Roseira.

Conhecimentos Específicos para Cozinheiro
Rotina diária do cozinheiro – baseado nas atribuições do cargo.
Noções de higiene, manipulação de alimentos e boas práticas na cozinha.
Armazenamento e conservação de alimentos.
Técnicas básicas de preparo de alimentos.
Tipos de cortes e utensílios de cozinha.
Preparo de refeições em grande quantidade.
Noções de cardápio e porcionamento.
Controle de desperdício e aproveitamento de alimentos.
Limpeza, sanitização e organização da cozinha.
Operação e cuidados com equipamentos de cozinha.
Segurança no trabalho e uso de EPI na cozinha.
Noções de atendimento e trabalho em equipe.

Emprego de Ensino Médio

Emprego	Conteúdo das Provas	Número de Questões
Agente de Apoio Escolar	Língua Portuguesa	5
	Matemática	5
	Informática Básica	5
	Legislação	5
	Conhecimentos Específicos	5
	Total	**25 questões**

Língua Portuguesa

Interpretação de texto, fonema, sílaba, ortografia, acentuação gráfica, pontuação, classe de palavras, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, substantivo, adjetivo, preposição, numeral, uso da crase, uso da vírgula, sinônimos e antônimos, sentido próprio e figurado da palavra, termos integrantes da oração, entre outros, respectivos ao ensino médio.

Matemática

Operações com números inteiros, fracionários e decimais, regra de sinais, MMC e MDC, expressões numéricas, regra de três simples e composta, potenciação, porcentagem, razão e proporção, juros simples e descontos, potenciação, radiciação, cálculos e resolução de problemas, equações e sistemas de 1º e 2º graus, grandezas e medidas, sistema de medidas, expressões algébricas, noções de geometria, noções básicas de figuras planas, área e perímetro, raciocínio lógico, interpretação de problemas e relações lógicas.

Informática Básica

Conceitos básicos relacionados a hardware, software, sistema operacional, operação de microcomputadores e seus periféricos (monitor, teclado, mouse, impressora, discos rígidos, cd-rom, pen drive, scanner). Conceitos básicos relacionados ao ambiente Windows e suas funcionalidades: ícones, atalhos, janelas, arquivos, pastas, programas, editores de texto (Word), planilhas eletrônicas (Excel), softwares de apresentação (PowerPoint), formato de arquivos, conceitos de tecnologias relacionadas à internet e intranet, rede sem fio, linguagens atuais de programação, memória, HD, SSD. Conceitos básicos de internet, rede local, intranet e navegadores de internet: Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome. Segurança na internet; vírus de computadores. Transferência de arquivos pela internet, nomenclatura na internet, provedor de hospedagem, correio eletrônico, sites de busca e pesquisa, ferramentas de segurança aplicáveis a redes e na internet, hospedagem em nuvem. Conceitos básicos de tarefas e procedimentos de informática: armazenamento de dados e realização de cópia de segurança (backup), organização e gerenciamento de arquivos, pastas e programas, proteção de equipamentos e de sistemas de informática.

Legislação

Conteúdo a estudar

CF/1988 — Constituição Federal: Artigos 205 a 214 (da Educação: dever do Estado, garantia de padrão de qualidade e atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino).

ECA — Lei nº 8.069/1990: Artigos 3º e 4º (proteção integral e prioridade absoluta; direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao respeito e à dignidade); Artigos 15 a 18 (direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral); Artigo 13 (comunicação obrigatória ao Conselho Tutelar dos casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, tratamento cruel ou degradante e maus-tratos); Artigos 18-A e 18-B (direito de ser educado e cuidado sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante — Lei nº 13.010/2014, conhecidamente Lei Menino Bernardo ou Lei da Palmada); Artigo 53 (direito à educação e igualdade de condições para o acesso e permanência na escola); Artigo 245 (infração administrativa para o responsável por estabelecimento de ensino que deixar de comunicar os casos de maus-tratos de que tenha conhecimento).

LDB — Lei nº 9.394/1996: Artigos 58, 59 e 60 (da Educação Especial: dever do Estado com os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; garantia de serviços de apoio especializado na escola regular para atender às necessidades dos estudantes).

Estatuto da Pessoa com Deficiência / Lei Brasileira de Inclusão — Lei nº 13.146/2015: Artigo 3º, inciso XIII (conceito e definição legal de profissional de apoio escolar); Artigo 27 (direito à educação inclusiva em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida); Artigo 28, incisos XI e XVII (obrigatoriedade da oferta de profissional de apoio escolar e proibição de cobrança de valores adicionais em suas mensalidades/anualidades).

Lei do Autismo — Lei nº 12.764/2012: Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; Artigo 3º, parágrafo único (direito a acompanhante especializado em instituições de ensino regulares nos casos de comprovada necessidade).

Lei Lucas — Lei nº 13.722/2018: Obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de Educação Básica, com reciclagem periódica.

Referência Bibliográfica

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Arts. 205 a 214).

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (ECA — direitos à vida, à saúde, à educação e proteção contra maus-tratos).

BRASIL. Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069/1990 (ECA), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB — artigos referentes à Educação Especial).

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei Berenice Piana).
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência — foco na atuação do profissional de apoio escolar).
BRASIL. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica (Lei Lucas).

Conhecimentos Específicos para Agente de Apoio Escolar

Conteúdo a estudar

Rotina diária do Agente de Apoio Escolar – baseado nas atribuições do cargo.
Apoio à inclusão e educação especial e apoio pedagógico colaborativo.
Segurança, bem-estar, conduta profissional e relato de ocorrência.
Ética no serviço público.
Primeiros Socorros e Segurança: prevenção de acidentes no ambiente escolar (pátio, salas de aula, quadra, banheiros e refeitório); noções básicas de primeiros socorros em ambiente escolar segundo a Lei Lucas (engasgo/manobra de Heimlich, crises convulsivas, quedas, fraturas, cortes e sangramentos, queimaduras, desmaios e picadas de insetos); acionamento do serviço de emergência (SAMU 192 e Corpo de Bombeiros 193); organização do kit de primeiros socorros.
Higiene Corporal, saúde e Cuidados: noções de higiene e autocuidado na escola (auxílio na troca de fraldas, higienização de estudantes com limitações motoras, banho quando aplicável, higiene bucal e lavagem das mãos); estímulo à autonomia e independência nas Atividades da Vida Diária (AVDs); higienização e organização de materiais de apoio e recursos de acessibilidade.
Alimentação e Nutrição no Ambiente Escolar: noções de acompanhamento e apoio à alimentação de estudantes com deficiência ou restrições motoras; apoio na hora das refeições e lanches; prevenção de engasgo e aspiração; cuidados com alergias e intolerâncias alimentares; postura e posicionamento adequados para a alimentação segura.
Atendimento, Acolhimento e Necessidades Específicas: noções sobre desenvolvimento infantil e juvenil; acompanhamento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Deficiência Intelectual, Deficiência Física, Múltipla e TDAH; rotinas estruturadas e previsibilidade; estimulação sensorial e mediação em momentos de desregulação comportamental e crises; noções de Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA).
Mobilidade, Acessibilidade, recreação, lazer e Tecnologia Assistiva: técnicas de auxílio na locomoção e transferência de cadeirantes; manuseio seguro de tecnologia assistiva (cadeiras de rodas, andadores, órteses, pranchas de comunicação); adaptação e uso de rampas, elevadores e banheiros acessíveis; noções de ergonomia para a proteção da saúde do profissional e do estudante.
Postura, Ética e Trabalho em Equipe: conduta profissional, postura ética e sigilo das informações do estudante; limites de atuação entre o Agente de Apoio/Cuidador Escolar e o

Professor regente; articulação e trabalho em equipe com a gestão escolar, professores da sala regular, equipe do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e famílias; mediação de conflitos e promoção da inclusão no ambiente escolar.

Referência Bibliográfica

SANTOS, Clovis Roberto dos. O cuidador escolar na educação inclusiva: papel, atribuições e prática cotidiana. São Paulo: Cortéz, 2019.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. 2. ed. São Paulo: Summus, 2015.
BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. Porto Alegre: Artmed, 2006.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. 2. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). Guia prático de prevenção de acidentes e primeiros socorros no ambiente escolar. Rio de Janeiro: SBP, 2020.
BRASIL. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018 (Lei Lucas — primeiros socorros nas escolas).

Empregos de Ensino Superior

Emprego	Conteúdo das Provas	Número de Questões
Monitor de Creche	Língua Portuguesa Matemática Informática Básica Legislação Conhecimentos Específicos **Total**	5 5 5 5 5 **25 questões**
PEB I – Educação infantil PEB I – Ensino Fundamental	Língua Portuguesa Matemática Informática Básica Legislação Conhecimentos Específicos **Total**	5 5 5 5 5 **25 questões**
Professor de Alfabetização de Jovens e Adultos	Língua Portuguesa Matemática Informática Básica Legislação Conhecimentos Específicos **Total**	5 5 5 5 5 **25 questões**
PEB II – - Língua Portuguesa - Matemática - Ciências - Geografia - História - Inglês - Educação Artística - Educação Física	Língua Portuguesa Matemática Informática Básica Legislação Conhecimentos Específicos **Total**	5 5 5 5 5 **25 questões**

Língua Portuguesa (comum para todos os cargos de ensino superior)

Conteúdo a estudar

Contempla a consolidação dos conhecimentos linguísticos exigidos em nível superior, articulando a compreensão textual, a análise estilístico-semântica, os fundamentos fonético-ortográficos, a estrutura morfológica, a flexão e conjugação verbal, e os mecanismos sintáticos e de coesão da Língua Portuguesa.

I. Leitura, Compreensão e Análise de Texto:

Compreensão e Interpretação de Textos: Leitura crítica, depreensão de sentidos explícitos e implícitos, inferências, ideia central e secundárias.

Gêneros e Tipologias Textuais: Reconhecimento de estruturas narrativas, descritivas, dissertativo-argumentativas, injuntivas e expositoras no contexto escolar.

Coesão e Coerência Textual: Mecanismos de referenciação, substituição, elipse, conectores lógicos, sequenciação temporal e argumentativa.

Semântica e Estilística: Sinônimos e antônimos; sentido próprio (denotativo) e figurado (conotativo) da palavra; ambiguidades, polissemia e contexto de uso.

II. Recursos Estilísticos e Figuras de Linguagem
Figuras de Palavra/Semânticas: Metáfora, metonímia, catacrese, sinestesia e antítese.
Figuras de Pensamento: Ironia, hipérbole, eufemismo, paradoxo e personificação/prosopopeia.
Figuras de Sintaxe/Construção: Elipse, zeugma, pleonasmo, hipérbato, anacoluto e assíndeto/polissíndeto.

III. Fonética, Ortografia e Acentuação Gráfica
Fonética e Fonologia: Conceitos básicos: fonema, letra, sílaba, encontros vocálicos (ditongos, tritongos, hiatos), encontros consonânticos e dígrafos.
Ortografia Oficial: Norma culta, conceitos básicos, orientações ortográficas, dificuldades gráficas recorrentes (porquês, há/a, onde/aonde, mal/mau, etc.).
Acentuação Gráfica: Conceitos básicos e acentuação tônica; regras básicas (oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas); regras especiais (hiatos, ditongos abertos, formas verbais seguidas de pronomes oblíquos); acentos diferenciais e alterações trazidas pelo Acordo Ortográfico.

IV. Morfologia e Estrutura das Palavras
Estrutura e Formação de Palavras: Radical, afixos (prefixos e sufixos), desinências e vogal temática. Processos de formação: derivação (prefixal, sufixal, parassintética, regressiva, imprópria) e composição (justaposição e aglutinação).
Classes de Palavras (Variáveis e Invariáveis): Substantivo e suas flexões (gênero, número e grau); Adjetivo e suas flexões; Numeral; Preposição; Pronomes (pessoais, de tratamento, demonstrativos, possessivos, relativos, indefinidos e interrogativos).
Estudo e Conjugação dos Verbos: Conjugação verbal nos modos indicativo, subjuntivo e imperativo; paradigmas da 1ª, 2ª e 3ª conjugações; flexões de modo, tempo, número e pessoa; verbos regulares, irregulares, anômalos, defectivos, abundantes e pronominais; formas nominais (infinitivo, gerúndio e particípio); tempos verbais simples e compostos; correlação e equivalência dos tempos e modos verbais; vozes do verbo (ativa, passiva analítica/sintética e reflexiva).

V. Sintaxe da Oração e do Período
Termos Essenciais da Oração: Sujeito (tipos e casos de inexistência) e predicado (verbal, nominal e verbo-nominal; predicação verbal).
Termos Integrantes da Oração: Objetos direto e indireto, complemento nominal e agente da passiva.
Termos Acessórios e Vocativo: Adjunto adnominal, adjunto adverbial, aposto e vocativo.
Sintaxe do Período Composto: Orações coordenadas (assindéticas e sindéticas) e orações subordinadas (substantivas, adjetivas e adverbiais).

VI. Normas de Concordância, Regência e Pontuação
Concordância Verbal e Nominal: Regras gerais e casos especiais de concordância com substantivos, adjetivos, pronomes, numerais e sujeitos complexos.

Regência Verbal e Nominal: Relação entre termos regentes e regidos; regência dos verbos mais cobrados em concursos.
Sinal Indicativo de Crase: Regras gerais de ocorrência da crase, casos proibidos, casos facultativos e casos especiais (com pronomes e nomes próprios).
Pontuação: Emprego dos sinais de pontuação (com ênfase no uso da vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos e travessão) segundo as relações sintáticas.
Colocação Pronominal: Colocação dos termos da oração; próclise, mesóclise e ênclise (uso com pronomes oblíquos átonos).
Funções Sintático-Semânticas Especiais: Funções e empregos das palavras 'QUE' e 'SE' (partícula passivadora, índice de indeterminação do sujeito, conjunção, pronome relativo, etc.).

Referência Bibliográfica

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 39. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior (coord.). 3. ed. rev., ampl. e atual. Brasília: Presidência da República, 2018. [Complementação Sugerida]
CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Ciley. *Gramática reflexiva:* texto, semântica e interação. 5. ed. São Paulo: Atual, 2020.
CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto:* leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2019.
ILARI, Rodolfo. *Introdução à semântica:* brincando com a gramática. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2018. [Complementação Sugerida]
KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender:* os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2014. [Complementação Sugerida]
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. [Complementação Sugerida]
PIMENTEL, Carlos. *Gramática reflexiva da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 2020.
SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática completa Sacconi*. 31. ed. São Paulo: Nova Busca, 2018.
SANTOS, Leonor Werneck dos (org.). *Análise de texto:* compreensão e sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2017.

Matemática (comum para todos os cargos de ensino superior)

Conteúdo a estudar

I. Conjuntos Numéricos e Operações Fundamentais

Conjuntos Numéricos e Operações: Propriedades e operações com números inteiros, fracionários, decimais e reais; regra de sinais; múltiplos e divisores; Mínimo Múltiplo Comum (MMC) e Máximo Divisor Comum (MDC).

Cálculo Aritmético: Potenciação e radiciação (propriedades e simplificação); expressões numéricas; resolução de problemas aritméticos do cotidiano.

II. Razões, Proporções e Matemática Financeira

Proporcionalidade: Razão e proporção; grandezas diretamente e inversamente proporcionais; regra de três simples e composta.

Porcentagem e Métrica Comercial: Cálculos com porcentagem; aumentos e descontos sucessivos.

Matemática Financeira Básica: Juros simples, descontos simples e noções de juros compostos aplicados à resolução de problemas socioeconômicos.

III. Álgebra, Equações e Sistemas

Expressões Algébricas: Operações com polinômios, produtos notáveis e fatoração algébrica.

Equações e Inequações: Equações e inequações de 1º e 2º graus; propriedades das raízes e interpretação gráfica.

Sistemas de Equações: Sistemas lineares de 1º grau com duas incógnitas (métodos de resolução e aplicação em problemas).

Funções Elementares: Conceito de função; domínio, contradomínio e imagem; função afim e função quadrática (gráficos, estudo do sinal e máximos/mínimos).

IV. Geometria Plana, Espacial e Grandezas

Geometria Plana: Conceitos fundamentais (ponto, reta, plano); figuras planas (triângulos, quadriláteros, polígonos e círculo); propriedades, perímetro e área.

Teoremas Fundamentais: Teorema de Pitágoras e relações métricas no triângulo retângulo; semelhança e congruência de triângulos.

Noções de Geometria Espacial: Reconhecimento de sólidos geométricos (prismas, pirâmides, cilindros, cones e esferas); área da superfície e volume.

Grandezas e Medidas: Sistemas de medidas de comprimento, massa, capacidade, tempo, área e volume; conversão de unidades.

V. Estatística Descritiva e Probabilidade Básica

Tratamento da Informação: Leitura e interpretação de dados em tabelas, gráficos de colunas, barras, setores e linhas.

Medidas de Tendência Central: Média aritmética simples e ponderada, mediana e moda.

Noções de Probabilidade: Espaço amostral, eventos e cálculo de probabilidade simples em situações do cotidiano.

VI. Raciocínio Lógico e Resolução de Problemas

Lógica Proposicional: Proposições simples e compostas; conectivos lógicos (e, ou, se... então, se e somente se); tabelas-verdade; negação de proposições e equivalências lógicas.

Raciocínio Analítico e Sequencial: Estruturas lógicas; sequências numéricas e de figuras; padrões e regularidades.

Resolução de Problemas: Interpretação de situações-problema, diagramas lógicos (Teoria dos Conjuntos) e relações dedutivas/indutivas.

Referência Bibliográfica

BIGODE, Antonio Jose Lopes. *Matemática hoje é feita assim*. 2. ed. São Paulo: FTD, 2017.

BOYER, Carl B. *História da matemática*. Tradução de Elza F. Gomide. 3. ed. São Paulo: Edgar Blücher, 2012.

CABRAL, Luiz Cláudio; NISCEMBAUM, Alexandre. *Raciocínio lógico simplificado:* módulos I e II. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

DANTE, Luiz Roberto. *Tudo é matemática*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2013.

DANTE, Luiz Roberto. *Formação de professores de matemática:* conteúdos e metodologias. São Paulo: Ática, 2019.

IEZZI, Gelson et al. *Fundamentos de matemática elementar*: conjuntos, funções, álgebra e geometria. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. v. 1-10.

IEZZI, Gelson; HAZAZZ, Samuel; DEGENSZAJN, David. *Matemática e suas aplicações*. 3. ed. São Paulo: Atual, 2016.

LIMA, Elon Lages et al. *A matemática do ensino médio*. 10. ed. Rio de Janeiro: SBM (Sociedade Brasileira de Matemática), 2016. v. 1.

MORGADO, Augusto César de Oliveira et al. *Análise combinatória e probabilidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2015.

ROCHA, Enrique. *Raciocínio lógico-matemático definitivo para concursos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2020.

TOLEDO, Marilia; TOLEDO, Mauro. *Didática da matemática:* como aprender, como ensinar. São Paulo: FTD, 2018.

Informática Básica (comum para todos os cargos de ensino superior)

Conteúdo a estudar

I. Hardware, Arquitetura e Procedimentos Digitais

Conceitos de Hardware e Software: Componentes de um microcomputador, arquitetura básica, periféricos de entrada, saída e mistos (monitor, teclado, mouse, impressora, scanner, webcam).

Unidades de Armazenamento e Memória: Tipos de memória (RAM, ROM, Cache); discos rígidos (HD), drives de estado sólido (SSD), pen drives e mídias removíveis.

Gerenciamento e Proteção: Ações de cópia de segurança (backup físico e em nuvem), rotinas de conservação de equipamentos, organização e proteção de sistemas e arquivos.

II. Sistemas Operacionais e Gestão de Arquivos
Ambiente Microsoft Windows (Windows 10 / Windows 11): Conceitos fundamentais, área de trabalho, menu Iniciar, barra de tarefas, janelas, ícones, teclas de atalho e Painel de Controle / Configurações.
Gerenciamento de Pastas e Arquivos: Estrutura de diretórios, operações de manipulação (criar, renomear, mover, copiar, excluir, restaurar), compactação de arquivos (ZIP/RAR) e formatos de arquivos recorrentes.

III. Suítes de Escritório e Ferramentas de Produtividade
Processadores de Texto (Microsoft Word / LibreOffice Writer): Edição, formatação de textos, parágrafos, cabeçalhos, rodapés, tabelas, inserção de imagens, revisão ortográfica e formatos (.docx, .pdf, .odt).
Planilhas Eletrônicas (Microsoft Excel / LibreOffice Calc): Estrutura de células, pastas de trabalho, fórmulas básicas e avançadas, funções (SOMA, MÉDIA, SE, PROCV), gráficos e formatação condicional.
Softwares de Apresentação (Microsoft PowerPoint / LibreOffice Impress): Criação de slides, transições, animações, inserção de mídias e modos de exibição.

IV. Redes de Computadores, Internet e Nuvem
Conceitos de Redes e Conectividade: Redes locais (LAN), redes sem fio (Wi-Fi), intranet, extranet e arquitetura da internet; nomes de domínio (DNS), provedores de acesso e hospedagem.
Navegadores de Internet (Browsers): Navegação, funcionalidades e configurações no Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge; histórico, favoritos, downloads e navegação privada.
Serviços Web e Comunicação: Procura e pesquisa avançada na web, correio eletrônico (e-mail), transferência de arquivos (FTP/HTTP) e armazenamento em nuvem (Google Drive, OneDrive, Dropbox).

V. Segurança da Informação e Proteção Digital
Ameaças Digitais (Malwares): Conceitos de vírus, worms, trojans, ransomwares, spywares e phishing.
Mecanismos de Segurança: Antivírus, firewall pessoal, autenticação em dois fatores (2FA), senhas fortes e procedimentos de proteção contra ataques na rede.

VI. Tecnologias Educacionais e Lógica de Programação
Tecnologias na Educação e Ambientes Virtuais: Noções de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA / Moodle, Google Sala de Aula), ferramentas de videoconferência e recursos educacionais digitais.
Noções de Lógica e Linguagens de Programação: Conceitos básicos de algoritmos, lógica de programação e panorama das linguagens atuais utilizadas no contexto tecnológico e educacional. BNCC Computação: Pensamento computacional, mundo digital, cultura digital e a sua implantação na educação básica.

Referência Bibliográfica

ALENCAR, Maurício de. *Informática para concursos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2021.

CERT.BR. Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil. *Cartilha de segurança para a internet*. São Paulo: NIC.br, 2021. Disponível em: https://cartilha.cert.br/. Acesso em: 2026.

COSTA, Renato da. *Informática para concursos:* teoria e questões comentadas. 4. ed. São Paulo: Método, 2020.

MANZANO, José Augusto N. G. *Estudo dirigido de informática básica*. 2. ed. São Paulo: Érica, 2018.

MICROSOFT CORPORATION. *Documentação e suporte do Microsoft Windows e Microsoft 365*. Redmond: Microsoft, 2023. Disponível em: https://support.microsoft.com/. Acesso em: 2026.

MORIMOTO, Carlos Eduardo. *Hardware, o guia definitivo*. 2. ed. Porto Alegre: Sul Editores, 2017.

ROZA, Cleber; NISHIMURA, Patricia. *Informática para concursos de carreiras educacionais*. São Paulo: Saraiva, 2021.

SILVA, Mário Gomes da. *Informática para concursos públicos*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

TANENBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David. *Redes de computadores*. Tradução de Daniel Vieira. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

VELLOSO, Fernando de Castro. *Informática:* conceitos básicos. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

Legislação (para Monitor de Creche)

Conteúdo a estudar

CF/1988 — Constituição Federal: Artigo 7º, inciso XXV (assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até 5 anos de idade, em creches e pré-escolas); Artigo 208, inciso IV (garantia de educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até 5 anos de idade); Artigo 227 (dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança, com absoluta prioridade, seus direitos, e de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão — proteção integral).

ECA — Lei nº 8.069/1990: Artigos 3º e 4º (proteção integral e prioridade absoluta; direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao respeito e à dignidade); Artigos 15 a 18 (direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral); Artigo 13 (comunicação obrigatória ao Conselho Tutelar dos casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, tratamento cruel ou degradante e maus-tratos); Artigos 18-A e 18-B (direito de ser educado e cuidado sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante — Lei nº 13.010/2014, conhecida como Lei Menino Bernardo ou Lei da Palmada); Artigo 54, inciso IV (atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade); Artigo 245 (infração administrativa para o professor ou responsável por estabelecimento de ensino que deixar de comunicar os casos de que tenha conhecimento).

Marco Legal da Primeira Infância — Lei nº 13.257/2016: Princípios e diretrizes das políticas públicas para a primeira infância (até 6 anos de idade); importância do brincar e da atenção integral à criança.

LDB — Lei nº 9.394/1996: Artigo 4º, inciso II (educação infantil gratuita às crianças de até 5 anos de idade); Artigos 29, 30 e 31 (Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, com finalidade de desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade; oferta em creches, para crianças de até 3 anos, e em pré-escolas, para crianças de 4 a 5 anos; avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento, sem objetivo de promoção).

Lei Lucas — Lei nº 13.722/2018: Obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de Educação Básica e de estabelecimentos de recreação infantil, com reciclagem anual.

DCNEI e BNCC (Primeira Infância): Concepção de criança como sujeito histórico e de direitos; indissociabilidade entre Cuidar e Educar; Eixos estruturantes (Interações e Brincadeira); seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se); Campos de Experiências (O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações), com foco na promoção da autonomia, do corpo em movimento e da convivência; organização por faixas etárias (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas).

Referência Bibliográfica

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Arts. 7º, XXV; 208, IV; 227).
BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (ECA — direitos à vida, à saúde, à educação e proteção contra maus-tratos).
BRASIL. Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069/1990 (ECA), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante.
BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância (Marco Legal da Primeira Infância).
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB — artigos referentes à Educação Infantil).
BRASIL. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil (Lei Lucas).
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) — etapa da Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2018.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. v. 1: Introdução; v. 2: Formação pessoal e social.

Conhecimentos Específicos para Monitor de Creche

Conteúdo a estudar

Rotina diária do monitor de creche – baseado nas atribuições do cargo.

Primeiros Socorros e Segurança: prevenção de acidentes no ambiente da creche; noções básicas de primeiros socorros com crianças de 0 a 5 anos (engasgo, quedas, cortes e sangramentos, queimaduras, desmaio, intoxicação e reações alérgicas); acionamento do serviço de emergência (SAMU 192 e Corpo de Bombeiros 193); kit de primeiros socorros.

Higiene Corporal e Cuidados: noções de higiene pessoal com crianças de 0 a 5 anos (troca de fraldas, banho, higiene bucal, lavagem das mãos, cuidados com o sono e o repouso); higienização de ambientes, brinquedos e objetos de uso coletivo.

Alimentação e Nutrição Infantil: noções de como alimentar crianças de 0 a 5 anos; aleitamento materno e introdução alimentar; alimentação saudável no ambiente da creche; prevenção de engasgo e cuidados com alergias e intolerâncias alimentares.

Desenvolvimento Infantil e Linguagem: desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos nos aspectos físico, cognitivo, afetivo e social; desenvolvimento da linguagem oral; interação social e construção de regras de convivência; leitura infantil e contação de histórias; aptidão e habilidades para lidar com crianças.

Recreação, Jogos e Psicomotricidade: noções sobre recreação, esporte e lazer; a importância dos jogos e das brincadeiras na educação infantil; atividades psicomotoras; planejamento da rotina e das propostas de atividades; organização dos espaços e dos materiais.
Postura, Ética e Trabalho em Equipe: conduta profissional e sigilo; relacionamento com as famílias; mediação de conflitos entre crianças; ação educativa e prevenção da violência; o diálogo como minimizador da violência; trabalho em equipe.

Referência Bibliográfica

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez.
ZABALZA, Miguel A. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.
HORN, Maria da Graça Souza. Brincar e interagir nos espaços da escola infantil. Porto Alegre: Penso, 2017.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.
BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019.
BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.
BRASIL. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018 (Lei Lucas — primeiros socorros nas escolas).

Legislação (para a Educação Infantil)

Conteúdo a estudar

CF/1988 — Constituição Federal: Artigo 208, incisos I e IV (educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, o que inclui a pré-escola; garantia de educação infantil às crianças de até 5 anos de idade); Artigo 227 (dever da família, da sociedade e do Estado de assegurar à criança, com absoluta prioridade, seus direitos e de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão — proteção integral).

ECA — Lei nº 8.069/1990: Artigos 3º e 4º (proteção integral e prioridade absoluta); direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à dignidade e ao respeito (Artigos 7º, 15 a 18 e 53); Artigo 13 (comunicação obrigatória ao Conselho Tutelar dos casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, tratamento cruel ou degradante e maus-tratos); Artigos 18-A e 18-B (direito de ser educado e cuidado sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante — Lei nº 13.010/2014, conhecida como Lei Menino Bernardo ou Lei da Palmada); Artigo 54, inciso IV (atendimento em pré-escola); Artigo 56, inciso I (dever dos dirigentes de estabelecimentos de ensino de comunicar ao Conselho Tutelar os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos envolvendo seus alunos); Artigo 245 (infração administrativa para o professor ou responsável por estabelecimento de ensino que deixar de comunicar tais casos).

Marco Legal da Primeira Infância — Lei nº 13.257/2016: Princípios e diretrizes das políticas públicas para a primeira infância (até 6 anos de idade); importância do brincar e do desenvolvimento integral da criança.

LDB — Lei nº 9.394/1996: Artigo 4º, inciso I, e Artigo 6º (educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos; dever dos pais ou responsáveis de efetuar a matrícula a partir dos 4 anos de idade); Artigos 29, 30 e 31 (Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, com finalidade de desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade; oferta em pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos; avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento, sem objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental; carga horária mínima anual de 800 horas, distribuída por no mínimo 200 dias de trabalho educacional; frequência mínima de 60%; expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança); Artigo 62 (formação de docentes para a Educação Básica).

Lei Lucas — Lei nº 13.722/2018: Obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de Educação Básica e de estabelecimentos de recreação infantil, com reciclagem anual.

DCNEI — Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Resolução CNE/CEB nº 5/2009): Concepção de criança como sujeito histórico e de direitos; currículo como conjunto de práticas que articulam as experiências e os saberes das crianças com o patrimônio cultural; indissociabilidade entre Cuidar e Educar; princípios éticos, políticos e estéticos (Artigo 6º); eixos estruturantes das práticas pedagógicas: Interações e Brincadeira (Artigo 9º); avaliação mediante observação, registro e documentação, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação (Artigo 10).

BNCC na Educação Infantil: Organização do currículo por 5 Campos de Experiências, e não por disciplinas (O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações); 6 Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento (Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar, Conhecer-se); objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses), com foco na promoção da autonomia, do corpo em movimento e da convivência; intencionalidade educativa; transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

Resolução CNE/CP nº 1/2022 — Normas Operacionais para a Computação na Educação Básica: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica relativas à inclusão de conteúdos de Computação; princípios da inserção da Computação desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

Parecer CNE/CP nº 2/2022 — Complementação à BNCC (BNCC Computação): Fundamentação legal e pedagógica da inclusão da Computação na Educação Básica; os três eixos estruturantes: Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital. Obrigatório a partir de 2026.

LDB — Lei nº 9.394/1996 e Alterações do Letramento Digital: Artigo 26 (componentes curriculares e competências digitais); Artigo 32 e Artigo 4º, inciso XII (Lei nº 14.533/2023 — Política Nacional de Educação Digital / PNED e garantia de letramento digital no ambiente escolar).

BNCC Geral (Resolução CNE/CP nº 2/2017) — Competência Geral 5: Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas.

Política Nacional de Educação Digital - PNED (Lei nº 14.533/2023): Eixos da PNED (Inclusão Digital, Assistência à Alfabetização e Letramento Digital, Educação Digital Escolar e Capacitação/Especialização Digital); integração das tecnologias e do pensamento computacional nas redes públicas de ensino.

RCNEI — Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Estruturado em 3 volumes (Introdução; Formação Pessoal e Social; Conhecimento de Mundo). Define eixos de trabalho como Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. Documento de 1998, de caráter orientador e não normativo, anterior às DCNEI e à BNCC.

Referência Bibliográfica

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Arts. 208 e 227).

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância (Marco Legal da Primeira Infância). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2016.
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
BRASIL. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 2018.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. 3 v.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 4 de outubro de 2022. Define as Normas Operacionais para a Computação na Educação Básica, complementares à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: MEC, 2022.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 2, de 17 de fevereiro de 2022. Normas operacionais para a inclusão da Computação na Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2022.
BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED). Brasília, DF: Presidência da República, 2023.
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2018 (Foco na Competência Geral 5).

Conhecimentos Específicos para a Educação Infantil

Conteúdo a estudar

Rotina diária na educação infantil – baseado nas atribuições do cargo.

Concepções de Infância e Políticas para a Educação Infantil no Brasil: Concepções de criança e de infância; história da educação infantil e das políticas para a pré-escola no Brasil; fundamentos e métodos da educação infantil; qualidade na educação infantil (Campos, Füllgraf e Wiggers; Zabalza).

Pensamento e Linguagem (Vygotsky e Piaget): Relações entre o desenvolvimento cognitivo e a aquisição da linguagem. Para Vygotsky, a linguagem surge primeiro com função social e comunicativa, tornando-se ferramenta de pensamento (discurso interior). Para Piaget, a linguagem reflete a função simbólica da criança.

Afetividade e Desenvolvimento (Wallon): A criança como pessoa completa, nas dimensões afetiva, cognitiva e motora; a importância da afetividade no desenvolvimento e na aprendizagem.

Psicogênese da Língua Escrita (Emilia Ferreiro e Ana Teberosky): Substituição do ensino mecânico (prontidão e cartilhas) pela compreensão de como a criança constrói hipóteses sobre o sistema de escrita alfabética (SEA): Nível Pré-silábico, Silábico (com e sem valor sonoro), Silábico-Alfabético e Alfabético. Na Educação Infantil, o conhecimento dessas hipóteses orienta a mediação do professor, sem antecipar a alfabetização formal, que é objetivo do Ensino Fundamental.

Língua Escrita numa Perspectiva Interacionista e Letramento (Magda Soares): Diferenciação entre Alfabetizar (tornar apto ao código) e Letrar (inserir nas práticas sociais de leitura e escrita). Uso de textos reais da circulação social (rótulos, bilhetes, histórias, listas) em vez de frases artificiais.

Leitura Infantil e Produção de Textos: A criança como produtora de texto antes mesmo de grafar alfabeticamente (através do professor como escriba, reconto de histórias e leitura de imagens). Leitura pelo professor como modelo leitor.

Formação dos Conceitos Científicos na Infância: A transição dos conceitos espontâneos (cotidianos) para os conceitos científicos mediante mediação pedagógica intencional no ambiente escolar (Vygotsky).

Interação Social e Desenvolvimento da Moralidade: Construção da autonomia moral na criança. Transição da anomia (ausência de regras) para a heteronomia (regras impostas de fora) e para a autonomia, mediante cooperação e mediação dialógica de conflitos (Piaget; La Taille).

Planejamento de Projetos Didáticos e Propostas Pedagógicas: O planejamento flexível e participativo na Educação Infantil. A organização por Projetos de Trabalho (Fernando Hernández) que conectam saberes significativos e atendem aos interesses reais das crianças.

Importância dos Jogos e do Brincar: O brincar como atividade guia (Vygotsky, Leontiev) na infância. O jogo de papéis sociais (faz de conta) como impulsionador das funções psicológicas superiores, da imaginação e da criação de regras internas.

Avaliação na Educação Infantil: Conforme a LDB (Art. 31), as DCNEI (Art. 10) e a BNCC, a avaliação na Educação Infantil far-se-á mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação. Utilização de relatórios individuais, portfólios, diários de bordo e registros fotográficos (Hoffmann).

Temas Transversais e Integração de Saberes: Trabalho pedagógico com Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual (Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais), de forma integrada aos projetos da escola; Temas Contemporâneos Transversais da BNCC.

Ação Educativa, Violência e Educação como Prática da Liberdade (Paulo Freire): Reflexões sobre a disciplina consciente versus autoritarismo. O diálogo e a escuta ativa como instrumentos de humanização, prevenção da violência e construção de uma cultura de paz no ambiente escolar; autonomia do educando e saberes necessários à prática educativa.

A Rotina na Educação Infantil (Maria Carmen Silveira Barbosa / Maria da Graça Horn / Zabalza): A estruturação do tempo, do espaço e dos materiais como organizadores do trabalho pedagógico e "terceiro educador".

Documentação Pedagógica (Reggio Emilia / Loris Malaguzzi): O registro, a observação e a documentação como meios de tornar visíveis as aprendizagens e reflexões do professor sobre sua própria prática.

Neurociência e Desenvolvimento na Primeira Infância: Importância dos estímulos na primeira infância, períodos sensíveis, plasticidade cerebral e o papel do vínculo afetivo nas conexões neurais (Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257/2016).

Pensamento Computacional Desconectado na Primeira Infância: Noções de sequenciamento lógico, ordenação, identificação de padrões, decomposição de tarefas simples do cotidiano e resolução de problemas por meio de brincadeiras e rotinas desplugadas.

Mundo Digital e Articulação com os Campos de Experiências: Reconhecimento do uso de tecnologias no ambiente familiar e escolar; interação com dispositivos e mídias no campo 'Corpo, gestos e movimentos' e 'Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações'.

Cultura Digital, Cuidado e Cidadania Digital Infantil: Uso saudável, consciente e guiado de telas e tecnologias; noções iniciais de segurança, empatia e respeito nas interações com recursos tecnológicos.

Referência Bibliográfica

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRACKMANN, Christian Puhlmann. Desenvolvimento do Pensamento Computacional através de atividades desplugadas na Educação Básica. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 2/2022 — BNCC Computação na Educação Infantil. Brasília: MEC, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. Brasília, DF: MEC, 2019.

CAMPOS, Maria Malta; FÜLLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (org.). As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Penso, 2016.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 20. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

HORN, Maria da Graça Souza. Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HORN, Maria da Graça Souza. Brincar e interagir nos espaços da escola infantil. Porto Alegre: Penso, 2017.
KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
LA TAILLE, Yves de. Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA. O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem. São Paulo: NCPI, 2014. (Estudo nº 1).
OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
PIAGET, Jean. O juízo moral na criança. 4. ed. São Paulo: Summus, 1994.
RESNICK, Mitchel. Jardim de infância para a vida toda: cultivando a criatividade por meio de projetos, paixão, pares e brincadeiras. Porto Alegre: Penso, 2020.
SBC. Sociedade Brasileira de Computação. Diretrizes para ensino de Computação na Educação Básica. Porto Alegre: SBC, 2019.
SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
SOARES, Magda. Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.
VALENTE, José Armando. O computador na sociedade do conhecimento. Campinas: UNICAMP/NIED, 1999.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Pensamento e linguagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
WALLON, Henri. A evolução psicológica da criança. Lisboa: Edições 70, 2007.
WING, Jeannette M. Computational Thinking. Communications of the ACM, v. 49, n. 3, p. 33-35, 2006.
ZABALZA, Miguel A. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Legislação (comum para os cargos PEB-I ensino fundamental e PEB-II)

Conteúdo a estudar

CF/1988 — Constituição Federal de 1988: Artigos 205 a 214 (Da Educação). Destaque para: Art. 206 (princípios do ensino: igualdade de condições de acesso e permanência, liberdade de aprender e ensinar, pluralismo de ideias, gratuidade do ensino público, valorização dos profissionais da educação escolar, gestão democrática, garantia de padrão de qualidade e piso salarial profissional nacional, regulamentado pela Lei nº 11.738/2008); Art. 208 (dever do Estado: educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade; atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino); Art. 210 (conteúdos mínimos e ensino religioso de matrícula facultativa); Art. 211 (regime de colaboração entre os sistemas de ensino); Art. 212 e Art. 212-A (financiamento da educação e Fundeb permanente — Emenda Constitucional nº 108/2020 e Lei nº 14.113/2020); Art. 214 (Plano Nacional de Educação).

LDB — Lei nº 9.394/1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Destaque para: princípios e fins da educação (Arts. 1º a 3º); direito à educação e dever de educar (Arts. 4º a 7º); incumbências da União, dos Estados, dos Municípios, dos estabelecimentos de ensino e dos docentes (Arts. 8º a 15), com a gestão democrática; organização da educação nacional e Educação Básica (Arts. 21 a 28), com o currículo (Art. 26); Ensino Fundamental (Arts. 32 e 33); Educação de Jovens e Adultos (Arts. 37 e 38); Educação Especial (Arts. 58 a 60); profissionais da educação (Arts. 61 a 67).

ECA — Lei nº 8.069/1990: Estatuto da Criança e do Adolescente. Destaque para: proteção integral e prioridade absoluta (Arts. 3º a 5º); direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer (Arts. 53 a 59); dever de comunicação ao Conselho Tutelar (Arts. 13 e 56, I); Arts. 18-A e 18-B (educação e cuidados sem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante — Lei nº 13.010/2014); Art. 245.

PNE — Lei nº 15.388/2026: Plano Nacional de Educação, com vigência de 10 anos a contar da publicação (abril de 2026), contendo 19 objetivos, 73 metas e 372 estratégias para a educação brasileira. Substitui o PNE 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014), que continha 20 metas e cujo prazo de vigência se encerrou.

BNCC — Base Nacional Comum Curricular: Documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais (Resolução CNE/CP nº 2/2017 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental). Estrutura por 10 competências gerais; no Ensino Fundamental, por áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso), componentes curriculares, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades. Os campos de experiências estruturam a Educação Infantil.

Política Nacional de Educação Digital - PNED (Lei nº 14.533/2023): Eixos da PNED (Inclusão Digital, Assistência à Alfabetização e Letramento Digital, Educação Digital Escolar e Capacitação/Especialização Digital); integração das tecnologias e do pensamento computacional nas redes públicas de ensino.

DCN — Diretrizes Curriculares Nacionais: Resolução CNE/CEB nº 4/2010 (DCN Gerais para a Educação Básica); Resolução CNE/CEB nº 7/2010 (DCN para o Ensino Fundamental de 9 anos); e normativas específicas.
PCN — Parâmetros Curriculares Nacionais: Referencial de apoio aos currículos, de caráter orientador e não normativo, anterior à BNCC; organização de temas transversais (Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo) e abordagens interdisciplinares. A BNCC passou a tratar dos Temas Contemporâneos Transversais.
Relações Étnico-Raciais (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008): Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileiras; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Resolução CNE/CP nº 1/2004 e Parecer CNE/CP nº 3/2004).
Normas de Acessibilidade e Inclusão: Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência / LBI); Decreto nº 12.686/2025 (Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, que reorganiza o Atendimento Educacional Especializado - AEE, antes regulado pelo Decreto nº 7.611/2011); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008); Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009); Lei nº 12.764/2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista); Lei nº 10.436/2002 e Decreto nº 5.626/2005 (Libras).
Leis que alteraram a LDB: Lei nº 12.796/2013 (educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade); Lei nº 10.793/2003 (educação física facultativa nos casos previstos no Art. 26, § 3º); Lei nº 13.278/2016 (artes visuais, dança, música e teatro como linguagens do componente curricular Arte); Lei nº 13.006/2014 (exibição de filmes de produção nacional, por no mínimo 2 horas mensais, como complemento da proposta pedagógica); Lei nº 14.164/2021 (conteúdo sobre prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher e Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher); Lei nº 13.666/2018 (educação alimentar e nutricional como tema transversal); Lei nº 14.533/2023 (Política Nacional de Educação Digital);
Outras normas: Lei nº 15.100/2025 (utilização de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais pelos estudantes nos estabelecimentos de ensino da educação básica).
Resolução CNE/CP nº 1/2022 — Normas Operacionais para a Computação na Educação Básica: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica relativas à inclusão de conteúdos de Computação; princípios da inserção da Computação desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.
Parecer CNE/CP nº 2/2022 — Complementação à BNCC (BNCC Computação): Fundamentação legal e pedagógica da inclusão da Computação na Educação Básica; os três eixos estruturantes: Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital. Obrigatório a partir de 2026.
LDB — Lei nº 9.394/1996 e Alterações do Letramento Digital: Artigo 26 (componentes curriculares e competências digitais); Artigo 32 e Artigo 4º, inciso XII (Lei nº 14.533/2023 — Política Nacional de Educação Digital / PNED e garantia de letramento digital no ambiente escolar).
BNCC Geral (Resolução CNE/CP nº 2/2017) — Competência Geral 5: Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva

e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas.
Política Nacional de Educação Digital - PNED (Lei nº 14.533/2023): Eixos da PNED (Inclusão Digital, Assistência à Alfabetização e Letramento Digital, Educação Digital Escolar e Capacitação/Especialização Digital); integração das tecnologias e do pensamento computacional nas redes públicas de ensino.

Referência Bibliográfica

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2026.
BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.
BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
BRASIL. Decreto nº 12.686, de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 out. 2025.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2018.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 1, de 4 de outubro de 2022. Normas sobre Computação na Educação Básica - Complemento à BNCC.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília, DF: MEC/SEB, 2013.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.
BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394/1996, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 abr. 2013.
BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394/1996, 9.448/1997, 10.260/2001 e 10.753/2003. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jan. 2023.
BRASIL. Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025. Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jan. 2025.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 4 de outubro de 2022. Define as Normas Operacionais para a Computação na Educação Básica, complementares à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: MEC, 2022.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 2, de 17 de fevereiro de 2022. Normas operacionais para a inclusão da Computação na Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2022.
BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED). Brasília, DF: Presidência da República, 2023.
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2018 (Foco na Competência Geral 5).
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 4 de outubro de 2022. Define as Normas Operacionais para a Computação na Educação Básica, complementares à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, DF: MEC, 2022.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 2, de 17 de fevereiro de 2022. Normas operacionais para a inclusão da Computação na Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2022.
BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED). Brasília, DF: Presidência da República, 2023.
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2018 (Foco na Competência Geral 5).

Conhecimentos Específicos para PEB I – Ensino Fundamental

Conteúdo a estudar

Processos de ensino e aprendizagem, relação entre educação, escola e sociedade.
Reflexões sobre alfabetização, concepções de linguagem e escrita, pensamento e linguagem, teoria sobre o desenvolvimento da linguagem, a formação e o desenvolvimento dos conceitos científicos na infância, interação social e moralidade, origem da escrita e apropriação pela criança, as relações entre ensino e aprendizagem em sala de aula, a metodologia nas áreas do conhecimento, a importância dos jogos na educação, a língua escrita numa perspectiva interacionista, a leitura infantil e a produção de textos, planejamento e propostas pedagógicas, reflexões sociológicas sobre a pedagogia da liberdade e a educação como prática da liberdade, ação educativa e violência, o diálogo como minimizador da violência, avaliação da aprendizagem, temas transversais em educação, a construção do conhecimento na escola e planejamento de projetos didáticos.
Organização curricular dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): Base Nacional Comum Curricular e Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos; alfabetização nos dois primeiros anos; áreas do conhecimento, componentes curriculares, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades; metodologia do ensino de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Arte, Educação Física e Ensino Religioso.
BNCC Computação: Eixo 1 — Pensamento Computacional (Anos Iniciais): Algoritmos simples (instruções passo a passo), abstração, decomposição, reconhecimento de padrões e depuração de erros em atividades plugadas e desplugadas (programação em bloco/ScratchJr); Eixo 2 — Mundo Digital (Anos Iniciais): Componentes básicos dos computadores e dispositivos digitais (hardware/software); noções de representação de dados, armazenamento, redes de comunicação e organização de arquivos; Eixo 3 — Cultura Digital (Anos Iniciais): Uso ético, seguro e responsável da internet; proteção de dados pessoais e senhas; direitos autorais básicos e letramento digital na produção de pequenos textos e mídias escolares.

Referência Bibliográfica

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2018.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997-1998.
BUSQUETS, Maria Dolors et al. Temas transversais em educação: bases para uma formação integral. São Paulo: Ática, 1997.
CAPOVILLA, Fernando. Novos caminhos da alfabetização infantil. São Paulo: Memnon.
DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Psicologia na educação. São Paulo: Cortez, 1990.
FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1985.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez.
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 1987.
HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação.
HOFFMANN, Jussara. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação.
KAMII, Constance; DECLARK, Georgia. Reinventando a aritmética: implicações da teoria de Piaget. 8. ed. Campinas: Papirus, 1994.
KAMII, Constance; DEVRIES, Rheta. Jogos em grupo na educação infantil: implicações da teoria de Piaget. Porto Alegre: Artmed, 2012.
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
LANDSMANN, Liliana Tolchinsky. Aprendizagem da linguagem escrita: processos evolutivos e implicações didáticas. São Paulo: Ática, 1995.
MARTINELLI, Marilu. Conversando sobre educação em valores humanos. São Paulo: Peirópolis, 1999.
MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula. Petrópolis: Vozes.
NIDELCOFF, Maria Teresa. Uma escola para o povo. São Paulo: Brasiliense, 1979.
OYAFUSO, Akiko; MAIA, Eny Marisa. Plano escolar: caminho para a autonomia. São Paulo: Extra Publishing.
PIAGET, Jean. O juízo moral na criança. 4. ed. São Paulo: Summus, 1994.
SBC. Sociedade Brasileira de Computação. Diretrizes para ensino de Computação na Educação Básica. Porto Alegre: SBC, 2019.
SEBER, Maria da Glória. Piaget: o diálogo com a criança e o desenvolvimento do raciocínio. São Paulo: Scipione, 1997.
SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto.
VALENTE, José Armando. O computador na sociedade do conhecimento. Campinas: UNICAMP/NIED, 1999.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Pensamento e linguagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
WING, Jeannette M. Computational Thinking. Communications of the ACM, v. 49, n. 3, p. 33-35, 2006.

Conhecimentos Específicos para Professor de Alfabetização de Jovens e Adultos

Conteúdo a estudar

Processos de ensino e aprendizagem, relação entre educação, escola e sociedade.

Educação de Jovens e Adultos: fundamentos, história e legislação; funções reparadora, equalizadora e qualificadora da EJA; perfil do educando jovem e adulto; educação e aprendizagem ao longo da vida; acesso, permanência e evasão; Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA.

Paulo Freire e a alfabetização de jovens e adultos: pedagogia da liberdade, educação como prática da liberdade, educação bancária e educação problematizadora; leitura do mundo e leitura da palavra; universo vocabular, palavras geradoras e temas geradores; círculos de cultura; diálogo e conscientização; reflexões sociológicas sobre a pedagogia da liberdade, ação educativa e violência, o diálogo como minimizador da violência.

Reflexões sobre alfabetização, concepções de linguagem e escrita, pensamento e linguagem, teoria sobre o desenvolvimento da linguagem, origem da escrita e apropriação pelo jovem e pelo adulto, a língua escrita numa perspectiva interacionista, alfabetização e letramento, a psicogênese da língua escrita e as hipóteses de escrita de jovens e adultos não alfabetizados.

O jovem e o adulto como sujeitos de conhecimento e aprendizagem: saberes prévios e experiência de vida; mediação e interação social; a formação e o desenvolvimento dos conceitos cotidianos e científicos; as relações entre ensino e aprendizagem em sala de aula; a construção do conhecimento na escola; interação social e moralidade.

Leitura e produção de textos com jovens e adultos: textos de circulação social (documentos, contas, bulas, receitas, cartas, notícias) e gêneros textuais; a leitura como prática social.

Planejamento e propostas pedagógicas, planejamento de projetos didáticos, a metodologia nas áreas do conhecimento, a importância dos jogos e das atividades lúdicas na educação, avaliação da aprendizagem (avaliação diagnóstica e mediadora), temas transversais em educação.

BNCC Computação - Eixo 1 — Pensamento Computacional (Anos Iniciais): Algoritmos simples (instruções passo a passo), abstração, decomposição, reconhecimento de padrões e depuração de erros em atividades plugadas e desplugadas (programação em bloco/ScratchJr); Eixo 2 — Mundo Digital (Anos Iniciais): Componentes básicos dos computadores e dispositivos digitais (hardware/software); noções de representação de dados, armazenamento, redes de comunicação e organização de arquivos; Eixo 3 — Cultura Digital (Anos Iniciais): Uso ético, seguro e responsável da internet; proteção de dados pessoais e senhas; direitos autorais básicos e letramento digital na produção de pequenos textos e mídias escolares.

Referência Bibliográfica

ARROYO, Miguel G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (org.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Arts. 37 e 38). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018. Altera a Lei nº 9.394/1996, para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 mar. 2018.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 1, de maio de 2021. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento com a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Educação de Jovens e Adultos a Distância.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997-1998.
BUSQUETS, Maria Dolors et al. Temas transversais em educação: bases para uma formação integral. São Paulo: Ática, 1997.
DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Psicologia na educação. São Paulo: Cortez, 1990.
FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1985.
FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez.
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 1987.
GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (org.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire.
HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000.
HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação.
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
LANDSMANN, Liliana Tolchinsky. Aprendizagem da linguagem escrita: processos evolutivos e implicações didáticas. São Paulo: Ática, 1995.
MARTINELLI, Marilu. Conversando sobre educação em valores humanos. São Paulo: Peirópolis, 1999.
MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula. Petrópolis: Vozes.
NIDELCOFF, Maria Teresa. Uma escola para o povo. São Paulo: Brasiliense, 1979.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. Revista Brasileira de Educação, n. 12, p. 59-73, set./dez. 1999.
OYAFUSO, Akiko; MAIA, Eny Marisa. Plano escolar: caminho para a autonomia. São Paulo: Extra Publishing.
RIBEIRO, Vera Masagão (coord.). Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento. São Paulo: Ação Educativa; Brasília, DF: MEC, 1997.
SBC. Sociedade Brasileira de Computação. Diretrizes para ensino de Computação na Educação Básica. Porto Alegre: SBC, 2019.
SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica.
VALENTE, José Armando. O computador na sociedade do conhecimento. Campinas: UNICAMP/NIED, 1999.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Pensamento e linguagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
WING, Jeannette M. Computational Thinking. Communications of the ACM, v. 49, n. 3, p. 33-35, 2006.

Conhecimentos Específicos para PEB II – Língua Portuguesa

Conteúdo a estudar

Figuras de linguagem. Ortografia: conceitos básicos, orientações ortográficas (Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa), dificuldades gráficas. Acentuação gráfica: conceitos básicos, acentuação tônica, aspectos genéricos das regras de acentuação, as regras básicas, as regras especiais, hiatos, ditongos, formas verbais seguidas de pronomes oblíquos, acentos diferenciais, crase. Morfologia: estrutura e formação de palavras, conceitos básicos, processos de formação de palavras, derivação e composição, prefixos, sufixos, composição, tipos de composição, verbos regulares e irregulares, classes de palavras. Sintaxe: termos essenciais da oração, termos integrantes da oração, termos acessórios da oração e vocativo, orações subordinadas e coordenadas, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, colocação dos termos da oração, colocação dos pronomes oblíquos átonos, uso da próclise, da ênclise e da mesóclise, funções e empregos do "que" e do "se". Substantivo e suas flexões. Adjetivo e sua flexão. Pronomes pessoais e pronomes de tratamento. Verbos e seus tempos. Sinônimos e antônimos. Pontuação. Vozes do verbo.

Ensino de Língua Portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental (BNCC): práticas de linguagem (oralidade, leitura/escuta, produção de textos e análise linguística/semiótica); campos de atuação; leitura e interpretação de textos; gêneros textuais; coesão e coerência; variação linguística e preconceito linguístico; o ensino de gramática em perspectiva textual; literatura.

Processos de ensino e aprendizagem, relação entre educação, escola e sociedade.

Concepção de ensino e aprendizagem, currículo e o ensino fundamental, didática, a relação professor-aluno no processo de ensino-aprendizagem e a importância da avaliação, metodologia e prática do ensino, a construção do conhecimento e suas implicações na prática docente, o uso dos instrumentos de comunicação na prática de ensino e saberes necessários à prática educativa.

Integração do Eixo Cultura Digital e Mundo Digital: Análise crítica de mídias e textos digitais (hipertexto, fake news, algoritmos de recomendação e redes sociais); autoria digital ética, direitos autorais e licenças de uso (Creative Commons).

Pensamento Computacional na Linguagem: Estruturação lógica de narrativas interativas, criação de histórias em quadrinhos digitais e robótica educacional com foco na produção textual; análise sintática e semântica comparada a linguagens estruturadas.

Referência Bibliográfica

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.

ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro & interação. São Paulo: Parábola, 2003.

AZENHA, Maria da Graça. Construtivismo: de Piaget a Emilia Ferreiro. São Paulo: Ática, 1993.

AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Publifolha.

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna.

BRASIL. Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 set. 2008.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2018.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Lexikon.
DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Psicologia na educação. São Paulo: Cortez, 1990.
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 1987.
GERALDI, João Wanderley (org.). O texto na sala de aula. São Paulo: Ática, 1997.
HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação.
KOCH, Ingedore G. Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
KOSCIANSKI, André; PEREIRA, Letícia R. Computação e Letramento Digital na Língua Portuguesa. São Paulo: Cortéz, 2021.
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.
MARTINELLI, Marilu. Conversando sobre educação em valores humanos. São Paulo: Peirópolis, 1999.
MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula. Petrópolis: Vozes.
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
OYAFUSO, Akiko; MAIA, Eny Marisa. Plano escolar: caminho para a autonomia. São Paulo: Extra Publishing.
ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. Rio de Janeiro: José Olympio.
ROJO, Roxane; BARBOSA, Jacqueline P. Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros textuais. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SEBER, Maria da Glória. Piaget: o diálogo com a criança e o desenvolvimento do raciocínio. São Paulo: Scipione, 1997.
TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática. São Paulo: Cortez.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Pensamento e linguagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Conhecimentos Específicos para PEB II – Matemática

Conteúdo a estudar

Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas. Frações e operações com frações. Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regra de três; porcentagem e problemas. Problemas com sistemas de medidas: medidas de tempo; sistema decimal de medidas; sistema monetário brasileiro. Geometria: perpendiculares; paralelas; ângulos; quadrados e quadriláteros; polígonos e mosaicos; círculo. Área, volume e forma. Cálculo de áreas e de volumes. A reta e os números reais. Equações do primeiro e segundo graus e gráfico de equações. Inequações do 1º grau. Sistemas do 1º grau e gráficos de sistema.

Ensino de Matemática nos anos finais do Ensino Fundamental (BNCC): unidades temáticas (Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e medidas, Probabilidade e estatística); potenciação e radiciação; números irracionais; notação científica; funções; Teorema de Pitágoras; semelhança de triângulos e Teorema de Tales; estatística e probabilidade; educação financeira; resolução de problemas; tendências em Educação Matemática (etnomatemática, modelagem matemática, história da matemática, jogos e tecnologias).

Processos de ensino e aprendizagem, relação entre educação, escola e sociedade.

Concepção de ensino e aprendizagem, currículo e o ensino fundamental, didática, a relação professor-aluno no processo de ensino-aprendizagem e a importância da avaliação, metodologia e prática do ensino, a construção do conhecimento e suas implicações na prática docente, o uso dos instrumentos de comunicação na prática de ensino e saberes necessários à prática educativa.

Integração do Eixo Pensamento Computacional: Modelagem matemática, algoritmos e fluxogramas para resolução de problemas; noções de lógica matemática, variáveis, laços de repetição e condicionais na programação.

Mundo Digital e Estrutura de Dados: Representação de dados (sistema binário, tabelas e matrizes); análise de dados, estatística computacional e uso de planilhas eletrônicas e softwares de geometria dinâmica (Geogebra).

Referência Bibliográfica

AZENHA, Maria da Graça. Construtivismo: de Piaget a Emilia Ferreiro. São Paulo: Ática, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria à prática. Campinas: Papirus, 1996.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DANTE, Luiz Roberto. Formação de professores de matemática: conteúdos e metodologias. São Paulo: Ática, 2019.
DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Psicologia na educação. São Paulo: Cortez, 1990.
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 1987.
HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação.
IEZZI, Gelson et al. Fundamentos de matemática elementar. São Paulo: Atual.
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
MARTINELLI, Marilu. Conversando sobre educação em valores humanos. São Paulo: Peirópolis, 1999.
MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula. Petrópolis: Vozes.
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
OYAFUSO, Akiko; MAIA, Eny Marisa. Plano escolar: caminho para a autonomia. São Paulo: Extra Publishing.
PARRA, Cecília; SAIZ, Irma (org.). Didática da matemática: reflexões psicopedagógicas. Porto Alegre: Artmed, 1996.
POLYA, George. A arte de resolver problemas. Rio de Janeiro: Interciência, 1978.
SEBER, Maria da Glória. Piaget: o diálogo com a criança e o desenvolvimento do raciocínio. São Paulo: Scipione, 1997.
SBC. Sociedade Brasileira de Computação. Computação na Educação Básica: Aprofundamento em Matemática e Algoritmos. Porto Alegre: SBC, 2021.
SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez (org.). Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Pensamento e linguagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Conhecimentos Específicos para PEB II – Ciências

Conteúdo a estudar

Ensino de Ciências no ensino fundamental – anos finais: matéria; energia; tipos, mistura e separação de materiais; transformações químicas; circuitos elétricos; radiação; máquinas, termodinâmica; seres vivos; evolução; ecossistemas; biodiversidade; fenômenos da natureza; saúde pública; reprodução; hereditariedade; planeta Terra; Universo; sistema solar; astronomia; atmosfera; clima; deriva continental; objetos de conhecimento científico e tecnológico. Concepções de educação e escola. Função social da escola. Teóricos da educação. Educação Inclusiva. Currículo. Planejamento. Projeto Político-Pedagógico. Construção do conhecimento. Tecnologias de informação e comunicação na educação. Avaliação e acompanhamento do rendimento escolar. As relações entre escola, família e comunidade. Didática e metodologia do ensino nos anos finais. Organização e planejamento do espaço nos anos finais. Formação pessoal e social do educando.

Ensino de Ciências na BNCC: unidades temáticas (Matéria e energia; Vida e evolução; Terra e Universo); alfabetização científica; ensino de Ciências por investigação; experimentação; Ciência, Tecnologia e Sociedade; corpo humano, saúde e sexualidade na adolescência.

Processos de ensino e aprendizagem, relação entre educação, escola e sociedade.

Concepção de ensino e aprendizagem, currículo e o ensino fundamental, didática, a relação professor-aluno no processo de ensino-aprendizagem e a importância da avaliação, metodologia e prática do ensino, a construção do conhecimento e suas implicações na prática docente, o uso dos instrumentos de comunicação na prática de ensino e saberes necessários à prática educativa.

Mundo Digital e Pensamento Computacional Aplicado: Coleta, organização e análise de dados científicos com auxílio de sensores digitais e planilhas; simulações virtuais de fenômenos físicos, químicos e biológicos.

Cultura Digital e Impactos Tecnológicos: Impactos socioambientais do lixo eletrônico (e-waste); ética na biotecnologia, inteligência artificial e sustentabilidade na era digital.

Referência Bibliográfica

AZENHA, Maria da Graça. Construtivismo: de Piaget a Emilia Ferreiro. São Paulo: Ática, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (org.). Ensino de ciências por investigação: condições para implementação em sala de aula. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

CHASSOT, Attico. Alfabetização científica: questões e desafios para a educação. Ijuí: Unijuí, 2000.

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Psicologia na educação. São Paulo: Cortez, 1990.
DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 1987.
HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação.
KRASILCHIK, Myriam. Prática de ensino de ciências. 8. ed. São Paulo: USP, 2019.
KRASILCHIK, Myriam. Prática de ensino de biologia. São Paulo: Edusp, 2004.
LANGHI, Rodolfo; NARDI, Roberto. Educação em astronomia: repensando a formação de professores. São Paulo: Escrituras, 2012.
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
MARTINELLI, Marilu. Conversando sobre educação em valores humanos. São Paulo: Peirópolis, 1999.
MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula. Petrópolis: Vozes.
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
OYAFUSO, Akiko; MAIA, Eny Marisa. Plano escolar: caminho para a autonomia. São Paulo: Extra Publishing.
SANTAELLA, Lucia. A ecologia plural das mídias: do analógico ao cibernético. São Paulo: Paulus, 2010.
SEBER, Maria da Glória. Piaget: o diálogo com a criança e o desenvolvimento do raciocínio. São Paulo: Scipione, 1997.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Pensamento e linguagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
WEISSMANN, Hilda (org.). Didática das ciências naturais: contribuições e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Conhecimentos Específicos para PEB II – Geografia

Conteúdo a estudar

Perspectiva Histórica da Educação e Formação territorial do Brasil; Desenvolvimento socioeconômico e a questão regional brasileira; As escalas geográficas e cartográficas para o conhecimento do território; Urbanização: dinâmica e tendências no Brasil e no Município. Rede e hierarquia urbanas no Brasil; Crescimento e distribuição espacial da população brasileira; Indústrias: estrutura, distribuição e crescimento no Brasil; Espaço rural e relações campo cidade; Aproveitamento energético no Brasil: fontes, distribuição espacial e novas tecnologias; Sistemas de Informações Geográficas: análise de dados, seleção e manipulação e elaboração de mapas temáticos; Análise do relevo aplicada ao planejamento ambiental; Pesquisa ambiental: análise de impactos e interdisciplinaridade; Geografia Física na avaliação das limitações, potencialidades e mudanças ambientais; principais unidades do relevo brasileiro; Bacias hidrográficas: análise ambiental e manejo de recursos naturais; Litoral brasileiro; Erosão e conservação dos solos no Brasil: causas e consequências.

Ensino de Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental (BNCC): unidades temáticas (O sujeito e seu lugar no mundo; Conexões e escalas; Mundo do trabalho; Formas de representação e pensamento espacial; Natureza, ambientes e qualidade de vida); cartografia escolar e alfabetização cartográfica; globalização, população, geopolítica e regionalização do espaço mundial; metodologia do ensino de Geografia.

Processos de ensino e aprendizagem, relação entre educação, escola e sociedade.

Concepção de ensino e aprendizagem, currículo e o ensino fundamental, didática, a relação professor-aluno no processo de ensino-aprendizagem e a importância da avaliação, metodologia e prática do ensino, a construção do conhecimento e suas implicações na prática docente, o uso dos instrumentos de comunicação na prática de ensino e saberes necessários à prática educativa.

Mundo Digital e Geotecnologias: Noções e uso de Geoprocessamento, Sistemas de Informação Geográfica (SIG), Google Earth e cartografia digital; análise de mapas interativos e imagens de satélite.

Cultura Digital e Dinâmicas Territoriais: A geografia das redes digitais de comunicação, exclusão digital, fluxos globais de informação e transformação do trabalho no espaço geográfico contemporâneo.

Referência Bibliográfica

ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2001.

AZENHA, Maria da Graça. Construtivismo: de Piaget a Emilia Ferreiro. São Paulo: Ática, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: geografia. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
CASTELLAR, Sonia (org.). Educação geográfica: teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2005.
CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papirus, 1998.
DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Psicologia na educação. São Paulo: Cortez, 1990.
FLORENZANO, Teresa Gallotti (org.). Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 1987.
HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Atlas geográfico escolar. Rio de Janeiro: IBGE.
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
MARTINELLI, Marilu. Conversando sobre educação em valores humanos. São Paulo: Peirópolis, 1999.
MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula. Petrópolis: Vozes.
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
OYAFUSO, Akiko; MAIA, Eny Marisa. Plano escolar: caminho para a autonomia. São Paulo: Extra Publishing.
PONTUSCHKA, Nídia Nacib et al. Para ensinar e aprender geografia. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp.
SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp.
SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEBER, Maria da Glória. Piaget: o diálogo com a criança e o desenvolvimento do raciocínio. São Paulo: Scipione, 1997.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Pensamento e linguagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Conhecimentos Específicos para PEB II – História

Conteúdo a estudar

Perspectiva Histórica da Educação, Fundamentos teóricos do pensamento histórico – História Positivista, Marxista, Nova História e as correntes atuais do pensamento historiográfico. Trabalho e Sociedade – Organização temporal e espacial das relações sociais de produção, destacando o trabalho na Modernidade. O trabalho no capitalismo, terceirização, o trabalho informal, diferentes tipos de exploração, alienação e os movimentos de resistência. Meios de comunicação e transporte. A invenção da imprensa e divulgação de ideias. Novas formas de integração e desintegração econômica e distribuição de poder. A modernização do Brasil. Nação e Nacionalidade: o princípio das nacionalidades e a formação do Estado Nacional Brasileiro. Culturas e identidades. Disputas étnicas no Brasil, África e Europa. Cidadania – O Estado e a participação política do cidadão. Cidadania e liberdade: escravidão na Antiguidade e nos tempos modernos, servidão, movimentos em prol da igualdade étnica. Cidadania e manifestações culturais. A construção de noções de temporalidade na história ensinada. Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; história e temporalidade. Os primeiros povoadores da Terra. Egito e Kush. Mesopotâmia. O mundo grego e a democracia. Roma. Feudalismo. História do Brasil; história brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo. História da América e suas identidades. Povos indígenas. História do mundo Ocidental. Povos e culturas. Lutas sociais, cidadania e cultura. Principais guerras; revoluções e conflitos. Revolução Russa. As grandes navegações. Estado Moderno, absolutismo e mercantilismo. O mundo do século XIX. Independências. O mundo contemporâneo.
Ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental (BNCC): procedimentos de pesquisa, fontes e documentos históricos; tempo histórico e temporalidade; história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008); educação patrimonial; metodologia do ensino de História.
Processos de ensino e aprendizagem, relação entre educação, escola e sociedade.
Concepção de ensino e aprendizagem, currículo e o ensino fundamental, didática, a relação professor-aluno no processo de ensino-aprendizagem e a importância da avaliação, metodologia e prática do ensino, a construção do conhecimento e suas implicações na prática docente, o uso dos instrumentos de comunicação na prática de ensino e saberes necessários à prática educativa.
Cultura Digital e Historiografia Digital: Análise crítica de fontes históricas digitalizadas, acervos virtuais e memória na rede; combate à desinformação, revisionismo histórico e circulação de fake news sobre acontecimentos históricos.
Mundo Digital e Evolução das Tecnologias: História da escrita, dos meios de comunicação e da computação; a Revolução Industrial e a Revolução Digital/Informacional no desenvolvimento humano.

Referência Bibliográfica

AZENHA, Maria da Graça. Construtivismo: de Piaget a Emilia Ferreiro. São Paulo: Ática, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2018.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2018.
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.
CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus.
DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Psicologia na educação. São Paulo: Cortez, 1990.
FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp.
FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história. Campinas: Papirus, 2003.
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 1987.
HOBSBAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação.
KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: 34, 2010.
LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
MARTINELLI, Marilu. Conversando sobre educação em valores humanos. São Paulo: Peirópolis, 1999.
MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula. Petrópolis: Vozes.
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
OYAFUSO, Akiko; MAIA, Eny Marisa. Plano escolar: caminho para a autonomia. São Paulo: Extra Publishing.
SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar história. São Paulo: Scipione, 2004.

SEBER, Maria da Glória. Piaget: o diálogo com a criança e o desenvolvimento do raciocínio. São Paulo: Scipione, 1997.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Pensamento e linguagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Conhecimentos Específicos para PEB II – Inglês

Conteúdo a estudar

Inglês no ensino fundamental – anos finais: compreensão e produção oral; interações discursivas; estratégias e práticas de leitura; construção do léxico; estratégias e práticas de escrita; compreensão, interpretação e produção. Morfologia, sintaxe, semântica, fonologia e vocabulário em inglês; gramática (verbos, adjetivos, pronomes, quantificadores, comparativos e superlativos, orações); língua inglesa no Brasil e no mundo; variação linguística; aspectos culturais na comunicação; conhecimentos linguísticos e culturais em língua inglesa. Concepções de educação e escola. Função social da escola. Teóricos da educação. Educação Inclusiva. Currículo. Planejamento. Projeto Político-Pedagógico. Construção do conhecimento. Tecnologias de informação e comunicação na educação. Avaliação e acompanhamento do rendimento escolar. As relações entre escola, família e comunidade. Didática e metodologia do ensino nos anos finais. Organização e planejamento do espaço nos anos finais. Formação pessoal e social do educando.

Ensino de Língua Inglesa na BNCC: eixos Oralidade, Leitura, Escrita, Conhecimentos linguísticos e Dimensão intercultural; o inglês como língua franca; abordagens e métodos de ensino de língua estrangeira.

Processos de ensino e aprendizagem, relação entre educação, escola e sociedade.

Concepção de ensino e aprendizagem, currículo e o ensino fundamental, didática, a relação professor-aluno no processo de ensino-aprendizagem e a importância da avaliação, metodologia e prática do ensino, a construção do conhecimento e suas implicações na prática docente, o uso dos instrumentos de comunicação na prática de ensino e saberes necessários à prática educativa.

Cultura Digital e Globalização do Idioma: O inglês como língua franca na cultura digital, na programação de computadores e nas mídias sociais; análise crítica de discursos em ambientes virtuais internacionais.

Mundo Digital e Multiletramentos em Língua Inglesa: Uso de ferramentas de tradução automática com senso crítico, vocabulário técnico de computação (software, hardware, algoritmos) e produção de mídias interativas no idioma inglês.

Referência Bibliográfica

AZENHA, Maria da Graça. Construtivismo: de Piaget a Emilia Ferreiro. São Paulo: Ática, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BROWN, H. Douglas. Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy. White Plains: Pearson.
COSTA, Cláudio José da. Inglês instrumental e computação. São Paulo: Atlas, 2020.
DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Psicologia na educação. São Paulo: Cortez, 1990.
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 1987.
HARMER, Jeremy. The practice of English language teaching. Harlow: Pearson Longman.
HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação.
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.
LIGHTBOWN, Patsy M.; SPADA, Nina. How languages are learned. Oxford: Oxford University Press.
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
MARTINELLI, Marilu. Conversando sobre educação em valores humanos. São Paulo: Peirópolis, 1999.
MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula. Petrópolis: Vozes.
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
MURPHY, Raymond. English grammar in use. Cambridge: Cambridge University Press.
OYAFUSO, Akiko; MAIA, Eny Marisa. Plano escolar: caminho para a autonomia. São Paulo: Extra Publishing.
PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. Autonomia e complexidade na aprendizagem de língua inglesa. Campinas: Pontes, 2014.
RICHARDS, Jack C.; RODGERS, Theodore S. Approaches and methods in language teaching. Cambridge: Cambridge University Press.
SEBER, Maria da Glória. Piaget: o diálogo com a criança e o desenvolvimento do raciocínio. São Paulo: Scipione, 1997.
SWAN, Michael. Practical English usage. Oxford: Oxford University Press.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Pensamento e linguagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Conhecimentos Específicos para PEB II – Educação Artística

Conteúdo a estudar

História da Arte Geral. A História da Arte no Brasil e seus movimentos. História da Música Popular Brasileira. Tendências artísticas atuais. A educação Musical na Escola. Artes Cênicas: história das artes cênicas, teoria e prática, teatro e jogo. Artes Plásticas: história geral das artes, história e ensino da arte no Brasil, teoria da arte: arte como produção, conhecimento e expressão, a obra de arte e sua recepção, artes visuais: elementos de visualidade e suas relações, comunicação na contemporaneidade. Música: aspectos históricos da música ocidental, elementos estruturais da linguagem musical, tendências educacionais quanto ao ensino da música na sala de aula, visão interdisciplinar do conhecimento musical. Dança: história da dança, papel da dança na educação, estrutura e funcionamento do corpo para a dança, teoria de Laban; as danças como manifestações culturais. O ensino da Educação Artística no Ensino Fundamental. As diferentes linguagens artísticas e a educação, abordagem triangular no ensino das artes (fazer, apreciar, contextualizar); arte como sistema simbólico não verbal; as linguagens da arte; leitura e interpretação de textos não verbais. Parâmetros Curriculares Nacionais da Arte.
Ensino de Arte na BNCC e na LDB: linguagens Artes visuais, Dança, Música, Teatro e Artes integradas (Lei nº 13.278/2016); o componente curricular Arte (LDB, Art. 26, § 2º).
Processos de ensino e aprendizagem, relação entre educação, escola e sociedade.
Concepção de ensino e aprendizagem, currículo e o ensino fundamental, didática, a relação professor-aluno no processo de ensino-aprendizagem e a importância da avaliação, metodologia e prática do ensino, a construção do conhecimento e suas implicações na prática docente, o uso dos instrumentos de comunicação na prática de ensino e saberes necessários à prática educativa.
Cultura Digital e Arte Digital: Arte computacional, pixel art, animação 2D/3D, música eletrônica e produção de audiovisual digital; direitos de autor e licenças artísticas na rede.
Pensamento Computacional e Poéticas Digitais: Programação criativa (Creative Coding / Processing), interatividade, realidade aumentada/virtual e instalações artísticas tecnológicas na escola.

Referência Bibliográfica

ARGAN, Giulio Carlo. Arte moderna: do Iluminismo aos movimentos contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
AZENHA, Maria da Graça. Construtivismo: de Piaget a Emilia Ferreiro. São Paulo: Ática, 1993.
BARBOSA, Ana Mae. Arte-educação: contemporaneidade e inclusão. São Paulo: Cortez, 2019.
BARBOSA, Ana Mae (org.). Abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais. São Paulo: Cortez, 2010.
BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: arte. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
COUCHOT, Edmond. A arte pode ainda ser virtual?. São Paulo: UNESP, 2003.
DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Psicologia na educação. São Paulo: Cortez, 1990.
FONTERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Unesp, 2005.
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
FUSARI, Maria F. de Rezende e; FERRAZ, Maria Heloísa C. de T. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 1992.
GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 1987.
GOMBRICH, E. H. A história da arte. Rio de Janeiro: LTC.
HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação.
LABAN, Rudolf. Domínio do movimento. São Paulo: Summus, 1978.
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
MARQUES, Isabel A. Ensino de dança hoje: textos e contextos. São Paulo: Cortez, 1999.
MARTINELLI, Marilu. Conversando sobre educação em valores humanos. São Paulo: Peirópolis, 1999.
MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula. Petrópolis: Vozes.
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
OYAFUSO, Akiko; MAIA, Eny Marisa. Plano escolar: caminho para a autonomia. São Paulo: Extra Publishing.
SCHAFER, R. Murray. O ouvido pensante. São Paulo: Unesp, 1991.
SEBER, Maria da Glória. Piaget: o diálogo com a criança e o desenvolvimento do raciocínio. São Paulo: Scipione, 1997.
SPOLIN, Viola. Improvisação para o teatro. São Paulo: Perspectiva.
SWANWICK, Keith. Ensinando música musicalmente. São Paulo: Moderna, 2003.
TINHORÃO, José Ramos. História social da música popular brasileira. São Paulo: Editora 34, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Pensamento e linguagem. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Conhecimentos Específicos para PEB II – Educação Física

Conteúdo a estudar

Educação Física no ensino fundamental – anos finais: movimento corporal; práticas corporais; cuidado com o corpo e a saúde; manifestações da cultura corporal nos diferentes grupos sociais; jogos; esportes; ginástica; dança; lutas; condicionamento físico; conscientização corporal; práticas corporais de aventura. Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física. Atividade física adaptada. Educação física na BNCC. Concepções de educação e escola. Função social da escola. Teóricos da educação. Educação Inclusiva. Currículo. Planejamento. Projeto Político-Pedagógico. Construção do conhecimento. Tecnologias de informação e comunicação na educação. Avaliação e acompanhamento do rendimento escolar. As relações entre escola, família e comunidade. Didática e metodologia do ensino nos anos finais. Organização e planejamento do espaço nos anos finais. Formação pessoal e social do educando.

Educação Física na BNCC: unidades temáticas (Brincadeiras e jogos, Esportes, Ginásticas, Danças, Lutas e Práticas corporais de aventura); Lei nº 10.793/2003 (educação física como componente curricular integrado à proposta pedagógica da escola, facultativa nos casos previstos em lei).

Processos de ensino e aprendizagem, relação entre educação, escola e sociedade.

Concepção de ensino e aprendizagem, currículo e o ensino fundamental, didática, a relação professor-aluno no processo de ensino-aprendizagem e a importância da avaliação, metodologia e prática do ensino, a construção do conhecimento e suas implicações na prática docente, o uso dos instrumentos de comunicação na prática de ensino e saberes necessários à prática educativa.

Cultura Digital, Corpo e Tecnologia: Os impactos do sedentarismo digital e do uso excessivo de telas no corpo; e-sports (jogos eletrônicos esportivos), exergames (jogos ativos) e cultura corporal do movimento na era digital.

Mundo Digital e Monitoramento Corporal: Uso de tecnologias vestíveis (smartwatches, aplicativos de monitoramento cardíaco e passos) e análise de desempenho motor com mídias digitais.

Referência Bibliográfica

AZENHA, Maria da Graça. Construtivismo: de Piaget a Emilia Ferreiro. São Paulo: Ática, 1993.

BETTI, Mauro. Educação física e mídias: novos olhares, outras práticas. São Paulo: Hucitec, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de educação física. São Paulo: Cortez, 1992.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade (coord.). Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Psicologia na educação. São Paulo: Cortez, 1990.
DARIDO, Suraya Cristina. Educação física na escola: conteúdos, suas dimensões e avaliação. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
FREIRE, João Batista. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1989.
FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
GADOTTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 1987.
GALLAHUE, David L.; OZMUN, John C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2005.
GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da (org.). Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri: Manole, 2005.
HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação.
KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: Unijuí, 1994.
LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
MARTINELLI, Marilu. Conversando sobre educação em valores humanos. São Paulo: Peirópolis, 1999.
MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula. Petrópolis: Vozes.
MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
NAHAS, Markus Vinicius. Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. Londrina: Midiograf, 2001.
OYAFUSO, Akiko; MAIA, Eny Marisa. Plano escolar: caminho para a autonomia. São Paulo: Extra Publishing.
SEBER, Maria da Glória. Piaget: o diálogo com a criança e o desenvolvimento do raciocínio. São Paulo: Scipione, 1997.
TANI, Go et al. Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU/Edusp, 1988.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.
VYGOTSKY, Lev Semenovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes.

Processo Seletivo Simplificado 02/2026
Edital Nº 02/2026

Anexo III – Cronograma

Evento	Datas
Publicação do Edital	29 outubro
Período de inscrições Entrega dos títulos (somente para ensino superior) Solicitação de condição de PcD – pessoa com deficiência Envio de documentação de condição de PcD	29 outubro a 10 novembro
Período de solicitação de Isenção da taxa de inscrição	29 outubro a 03 novembro
Publicação preliminar das solicitações de isenção de taxa de inscrição	04 novembro
Período de Recurso das solicitações de isenção de taxa de inscrição	05 e 06 novembro
Publicação final das solicitações de isenção de taxas	07 novembro
Prazo final para pagamento da taxa de inscrição Prazo final para solicitação PcD e Títulos	10 novembro
Publicação preliminar de condição de PcD Publicação preliminar dos títulos (para ensino superior) Publicação preliminar dos candidatos deferidos	18 novembro
Recurso quanto a solicitação de PcD Recurso quanto aos títulos Recurso quanto ao indeferimento das inscrições	19 e 20 novembro
Publicação final PcD Publicação final dos títulos (para ensino superior) Publicação final dos candidatos deferidos, lista de inscritos, total de candidatos, locais, datas e horários das provas. Convocação para as provas	21 novembro
Realização das provas	05 e 06 dezembro
Publicação preliminar dos gabaritos	06 dezembro
Recurso quanto aos gabaritos	07 e 08 dezembro
Publicação final dos gabaritos Publicação preliminar da classificação	09 dezembro
Período de recurso quanto a classificação	10 e 11 dezembro
Publicação final da classificação	12 dezembro